



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
MONOGRAFIA PARA DIPLOMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS COM
HABILITAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Patrimonialização na Unidade de Vizinhança nº 1

Larissa Fernandes Lins de Vasconcelos

Orientação: Dra. Cristina Patriota de Moura

BRASÍLIA 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
MONOGRAFIA PARA DIPLOMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS COM
HABILITAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Patrimonialização na Unidade de Vizinhança nº 1

Larissa Fernandes Lins de Vasconcelos

Orientação: Dra. Cristina Patriota de Moura

Monografia de graduação apresentada como pré-requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

Brasília

Dezembro, 2013

Patrimonialização na Unidade de Vizinhança nº 1

Larissa Fernandes Lins de Vasconcelos

Orientação: Dra. Cristina Patriota de Moura

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia

Aprovada por:

Prof.^a. Dr.^a Cristina Patriota de Moura

Prof.^a. Dr.^a Mariza Veloso Motta Santos

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora de Fátima, por terem me dado a graça de terminar mais uma etapa na minha vida.

Aos meus familiares, pelo apoio e amor em tudo que faço. Em especial à minha mãe, por seu amor incondicional, ao Leonardo, sem o qual eu não poderia ter finalizado minha monografia, pois dependia dele para ir até a Unidade de Vizinhança sempre que precisava, e ao Leandro, pela força e apoio no decorrer do curso.

Ao meu namorado Marco Aurélio, por todo o seu amor, pelos momentos de felicidade compartilhados, pelo apoio nos momentos mais difíceis, pelo incentivo no decorrer da monografia e pela enorme paciência comigo.

A todas as minhas amigas e amigos pela companhia, risadas, críticas e apoio ao longo do curso. Em especial à Renatinha, por sempre estar disposta a ajudar quando precisei e também por aprimorar o enredo dessa monografia; sem você eu não teria terminado esse trabalho. À Amandinha, por ter acompanhado cada passo dessa pesquisa, por ter ajudado quando precisei e pelo apoio ao longo do curso; sem você esses quatro anos na UnB não teriam sido tão especiais.

Aos doutores com quem convivi durante esses anos e que partilharam seus conhecimentos comigo. Principalmente à minha orientadora, Cristina Patriota de Moura, por ter me ensinado a ser uma antropóloga, pelas oportunidades que me deu no decorrer da graduação e também por sua paciência, compreensão e contribuição para o aperfeiçoamento desta monografia e de todos os trabalhos que realizei. Sou eternamente grata à senhora.

A todos que contribuíram para construção dessa monografia, aos prefeitos de quadra (Edinho, Marcel, Seu Sandoval e Dona Nancy), pela disponibilidade para me contar e me incluir em seu cotidiano. A todos que trabalharam comigo na barraquinha de caldos, pelas risadas, brincadeiras e muito aprendizado. Ao Gabriel Colela, que direta e indiretamente me ajudou na narrativa dessa monografia.

“Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.”

Lúcio Costa (1987)

Resumo

Essa monografia apresenta o processo de patrimonialização da Unidade de Vizinhança nº 1, composta pelas quadras 107, 108, 307 e 308 Sul. Com o intuito de preservar os significados e as características fundamentais que singularizam Brasília, em 27 de abril de 2009, o GDF publicou o Decreto Nº 30.303, que dispõe sobre o Tombamento da Unidade de Vizinhança nº 1. A proposta desse trabalho é pensar a questão do patrimônio através das experiências sociais que Brasília proporciona às pessoas que usufruem dos espaços urbanos. Para tanto, primeiramente proponho uma descrição da Unidade de Vizinhança e dos seus equipamentos urbanos, depois faço uma análise das leis e decretos que dispõem tanto sobre tombamento de Brasília quanto sobre o tombamento da Unidade de Vizinhança e seus equipamentos. Para compreender as experiências sociais da Unidade de Vizinhança, realizei entrevistas com os prefeitos de quadra que, além de serem moradores, têm maior proximidade com o poder público local e lidam quase diariamente com a questão do patrimônio. Também analiso e descrevo duas situações sociais: a polêmica da pintura dos painéis e a Trezena de Nossa Senhora de Fátima, com o intuito de compreender o patrimônio vivido.

Palavras-chaves: Patrimônio social, Unidade de Vizinhança nº 1, Brasília.

Sumário

Índice de fotos	01
Introdução	03
Capítulo 1 – Descrição espacial da Unidade de Vizinhança nº 1	06
1.1 – Descrição da Unidade de Vizinhança nº 1	08
1.2 – As edificações da Unidade de Vizinhança nº 1	12
Capítulo 2 – Dimensões do Tombamento	24
2.1 – Leis Federais	24
2.2 – Leis Distritais	25
2.3 – Brasília - Patrimônio da Humanidade	28
2.4 – Avaliação da UNESCO em Brasília	31
2.5 – Tombamento específico das edificações da Unidade de Vizinhança	34
2.6 – Tombamento da Unidade de Vizinhança nº 1	36
Capítulo 3 – Prefeitura de quadra	39
3.1 – Prefeitura	41
3.2 – Eleição da 308 Sul	42
3.3 – Percepções acerca do Patrimônio	46
3.4 – Desafios da prefeitura	50
3.5 – Violência urbana	51
3.6 – Perspectiva para o futuro	57
Capítulo 4 – A Sociabilidade na Igrejinha	59
4.1 – A Polêmica Reforma na Igrejinha	61
4.2 – Trezena de Nossa Senhora de Fátima	69
Conclusão	80
Referências Bibliográficas	83
Anexo	88

Índice de fotos

Foto 1: Imagem panorâmica da 108 Sul (Google Maps 2013)

Foto 2: Imagem panorâmica da 308 Sul (Google Maps 2013)

Foto 3: Imagem panorâmica da 307 Sul (Google Maps 2013)

Foto 4: Imagem panorâmica da 107 Sul (Google Maps 2013)

Foto 5: Fachada da Igrejinha Nossa Senhora de Fátima (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 6: Entrada do Jardim de Infância da 308 Sul (Larissa Vasconcelos 2012)

Foto 7: Crianças brincando na Escola Classe da 308 Sul (Larissa Vasconcelos 2012)

Foto 8: Fachada da Escola Parque da 308 Sul (Larissa Vasconcelos 2012)

Foto 9: Setor Comercial da 108 e 107 Sul (Larissa Vasconcelos 2012)

Foto 10: Entrada do Clube Vizinhança nº 1 na 108 Sul (Larissa Vasconcelos 2012)

Foto 11: Entrada da Biblioteca Setorial das entrequadras 108 e 308 Sul (Larissa Vasconcelos - 2013)

Foto 12: Parquinho da 107 Sul (Larissa Vasconcelos 2012)

Foto 13: Ponto de encontro comunitário da 307 Sul (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 14: Entrada principal do Cine Brasília, na 107 Sul (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 15: Bloco residencial da 308 Sul (Larissa Vasconcelos 2012)

Foto 16: Sede da Prefeitura da 107 Sul (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 17: Imagem da pintura de Volpi, no interior da Igreja (Arquivo Público Nacional)

Foto 18: Interior da Igrejinha pintado por Volpi (Brasília nº 26, 1959 – Arquivo Público Nacional)

Foto 19: Interior da Igrejinha sem as pinturas de Volpi – 1978 (Acervo DEPHA. Fotógrafo: Joaquim Firmino)

Foto 20: Rabisco na imagem da Santa (Correio Braziliense 22/07/2009)

Foto 21: Painel Central da Igrejinha (Larissa Vasconcelos 2012)

Foto 22: Painel da parede lateral esquerda da Igrejinha (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 23: Painel da parede lateral direita da Igrejinha (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 24: Imagem de gesso de Jesus Cristo e de Nossa Senhora de Fátima nas extremidades do altar (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 25: Imagem de gesso de Nossa Senhora de Fátima que pernoita nas casas das famílias (Larissa Vasconcelos 2013)

Fotos 26: Saída da procissão da 107 Sul (Larissa Vasconcelos 2013)

Fotos 27: Chegada da procissão à Igrejinha (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 28: Coroação de Nossa Senhora de Fátima (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 29: Pessoas que trabalharam na Barraquinha dos caldos (Larissa Vasconcelos 2013)

Foto 30: Barraquinha dos caldos (Larissa Vasconcelos 2013)

Introdução

Muitos dos trabalhos realizados nos quais Brasília é elemento instigador estão pautados na questão arquitetônica e em como a cidade deveria estar representada. Este trabalho pretende sair da perspectiva de Brasília como um elemento idealizado, partindo para ver Brasília através do cotidiano das pessoas que estão vivenciando os espaços arquitetônicos da cidade. Para tanto, irei trabalhar com a dimensão do patrimônio na construção das representações pessoais acerca de Brasília. Nada mais instigador que retratar essa perspectiva através da Unidade de Vizinhança nº 1, a única área de Brasília em que foram implementadas na íntegra as propostas habitacionais feitas por Lúcio Costa.

A Unidade de Vizinhança nº 1 (UV-1) é composta pelas superquadras 107, 108, 307 e 308 Sul. Na concepção de Lúcio Costa, uma Área de Vizinhança seria uma área relativamente autônoma formada por um agrupamento de quatro superquadras. Esta área abrigaria escolas primárias e secundárias, comércio, posto de saúde, clubes, áreas de recreação, esporte, lazer e cultura. O GDF, com o intuito de preservar as características fundamentais que singularizam Brasília, tombou a f-1 através do decreto 30.303 de 27 de abril de 2009.

Segundo Izabela Tamasso (2007), uma antropologia do patrimônio só pode ser realizada caso o antropólogo se debruce sobre as experiências cotidianas das pessoas que o geraram. Portanto, tenho como enfoque o patrimônio vivido, ou seja, as experiências das pessoas que vivem e que passam pela UV-1. “Antropologia do patrimônio seria uma antropologia da representação e apropriação desses bens culturais por parte dos moradores (...) É uma antropologia das concepções plurais de tempo e lugar” (TAMASSO, 2007: 8).

O meu primeiro contato com a UV-1 foi através de passeios turísticos com parentes de fora da cidade. Com o intuito de apresentar Brasília a eles, sempre fazíamos visitas à Igrejinha, na 307/308 Sul. No entanto, não passávamos nem perto do Cine Brasília e nem saíamos andando pelas quadras.

Meu interesse pela área começou a surgir durante as aulas de Antropologia Urbana, no 3º semestre do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Na época, cheguei a fazer um trabalho com Dona Raimunda, uma senhora muito simpática, dona de uma

banquinha na 306 Sul desde os primeiros anos de Brasília e que já viu diferentes gerações crescerem e terem seus filhos. Através do trabalho final da disciplina, tentei compreender quais foram as transformações que ocorreram ao longo dos anos.

O meu trabalho na UV-1 começou através do projeto do ProIC (Programa de Iniciação Científica), orientado pela Prof.^a Dr.^a Cristina Patriota de Moura, denominado “Dimensões da ‘vizinhança’: sujeitos, tempos e espaços em composição”. Como era a única área residencial tombada no Plano Piloto de Brasília por questão dos equipamentos urbanos, interessei-me em compreender como o tombamento dessa área afeta os moradores do local. Dessa forma, surgiu o projeto “Manutenção do patrimônio na Unidade de Vizinhança nº 1”.

A UV-1 se transformou em tema de monografia após a leitura do relatório final de ProIC do aluno Gabriel Colela (2012). Através da descrição da área, percebi que havia várias relações sociais que poderiam ser estudadas e analisadas a partir de questões antropológicas.

Quando voltei para UV-1, agora como estudante de antropologia, decidi que um ponto de partida interessante para iniciar a pesquisa seria fazer um registro fotográfico do espaço urbano. Certo dia, enquanto estava descendo a comercial da 107/108 Sul, apareceu um senhor de idade brincando, dizendo: “Pode tirar foto do homem mais bonito de Brasília” e fazendo pose. Comecei a conversar com esse senhor e com outros senhores que estavam no bar New York, todos se conheciam muito bem e faziam muitas brincadeiras. Esse senhor disse que gostava muito de morar na 107 Sul, pois tudo o que ele precisava estava a sua disposição.

A partir dessa visita à UV-1 surgiram alguns questionamentos: como as pessoas se veem inseridas nessa perspectiva, quais os meios utilizados por elas para contribuir com a preservação do espaço ao longo do tempo, como elas lidam com a questão do título de patrimônio e como a especulação imobiliária tem influência nesse espaço.

Buscando compreender a relação das pessoas que usufruem dos equipamentos urbanos e as influências do tombamento da área na vida dessas pessoas, organizei este trabalho em quatro capítulos.

O primeiro capítulo pretende mostrar os espaços urbanos e arquitetônicos da Unidade de Vizinhança nº 1, bem como dialogar com alguns trabalhos já realizados nessa área.

O segundo capítulo busca demonstrar como Brasília e, principalmente, a Unidade de Vizinhança nº 1 são tratadas através dos discursos oficiais, como os decretos e leis.

No terceiro capítulo, procurei trabalhar com os prefeitos de quadras. Por serem moradores que têm mais proximidade com o poder público local, eles estavam mais familiarizados com as questões de preservação. Essa abordagem está em sintonia com a concepção da historiadora Marta Sinoti (2005), que realizou pesquisa com prefeitos comunitários do Plano Piloto.

Finalmente, o quarto capítulo procura compreender a questão da sociabilidade na UV-1 através da Igreja Nossa Senhora de Fátima e como as pessoas se relacionam em torno da Igreja. Isso se dará de duas formas: a primeira perspectiva será através da polêmica que ocorreu devido à pintura dos painéis da Igrejinha e a segunda perspectiva será relacionada com a Trezena de Nossa Senhora de Fátima.

Há um discurso entre as pessoas, principalmente de outras cidades, que diz que Brasília é um lugar em que as pessoas são frias, individualistas e que não há uma forte convivência social. Através desta monografia, pude compreender que esse estereótipo de Brasília não é verdadeiro. As pessoas, em determinadas situações, se unem para lutar pelos seus interesses e há, sim, uma interação social em Brasília. Essa interação não é como a que foi proposta por Lúcio Costa, mas está presente.

A questão do patrimônio é fundamental para estabelecer essas relações sociais; as pessoas se unem por meio de uma prefeitura, festa ou protesto para manter a concepção de Brasília que foi gerada pelos trabalhos de Lúcio Costa.

Um valor que esta monografia agregou na minha vida foi a paixão por essa cidade, me transformando um pouquinho em brasiliense.

Capítulo 1 – Descrição espacial da Unidade de Vizinhança nº 1

O presente capítulo tem como proposta descrever os espaços urbanos e arquitetônicos da Unidade de Vizinhança, bem como elucidar o marco histórico proposto por Lúcio Costa para a escala residencial. Houve muitos trabalhos realizados nos espaços da UV-1, portanto, pretendo também dialogar com esses autores.

A ideia da mudança e construção da capital estava prevista desde a Constituição de 1891, que, em seu artigo terceiro, reservou uma área de 14400 quilômetros no Planalto Central. O debate que estimulava a transferência da capital para o interior tinha como objetivo permitir ao governo estabelecer a soberania sobre todo o território do Brasil, longe da costa colonial e a salvo de ataques navais (HOLSTON, 1993). No entanto, a transferência da capital, mesmo prevista em lei, não foi realizada até a década de 1950.

A mudança da capital voltou ao cenário brasileiro quando Juscelino Kubitschek estava em um comício para sua campanha presidencial na cidade de Jataí, no Estado de Goiás. O futuro presidente foi questionado por um popular sobre o cumprimento do artigo da Constituição, que afirmava a mudança da capital para o Planalto Central. Juscelino então afirmou que iria construir a nova capital e transformou essa promessa em meta de sua campanha na corrida presidencial. Quando ganhou as eleições, Juscelino incorporou a construção da capital como “meta-síntese” em seu famoso Programa de Metas para o desenvolvimento do país, que tinha como slogan “50 anos em 5”.

“Por várias razões, Kubitschek deu a Brasília prioridade máxima em seu programa. Em primeiro lugar, ele argumentava que a construção da capital daria origem tanto à integração nacional (‘integração pela interiorização’ era um de seus slogans) como ao desenvolvimento regional, levando o mercado nacional às regiões de economia de subsistência. Em segundo lugar, ele sustentava que Brasília iria produzir tanto um novo espaço nacional como uma nova época para o país, incorporando o interior à economia e sendo ao mesmo tempo o marco decisivo na trajetória temporal do país rumo à sua emergência como uma grande nação.” (HOLSTON, 1993: 25).

Dessa forma, Brasília foi construída para ser símbolo de uma nova era modernista e com a intenção de transformar a sociedade Brasileira:

“Eles deixaram a Brasília o legado de uma mitologia do Novo Mundo, em que a construção de uma capital no Planalto Central seria o meio de desencadear o florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância” (HOLSTON, 1993: 23).

Uma forma de alcançar este objetivo foi por meio da arquitetura modernista dos anos 50. Os arquitetos partiram da concepção de que através dela seria possível transformar a vida cotidiana.

“A arquitetura é, em si própria, um campo de intenções – visando a mudança da sociedade, a reformulação da vida cotidiana, a exibição de status, a regulamentação da construção civil e assim por diante – o qual acarreta novas intenções, tendo todas sua dose de consequências sobre o mundo.” (HOLSTON, 1993: 11).

Com o intuito de trazer mudanças à vida cotidiana dos seus habitantes, destacam-se os estudos apresentados pelos manifestos do CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne), que desde 1928 até 1960 construiu um dos mais importantes fóruns de debates sobre a arquitetura moderna. O manifesto mais significativo foi “A Carta de Atenas”, que define quatro funções do planejamento urbano: moradia, trabalho, lazer e circulação. Brasília pode ser vista como uma cidade baseada nesses manifestos do CIAM.

Partindo dessa concepção, Lúcio Costa projetou Brasília estruturando-a em quatro escalas: Monumental, Residencial, Bucólica e Gregária. Essas escalas entrosar-se-iam num todo harmônico e integrado.

A ideia de Unidade de Vizinhança, inicialmente proposta por Clarence Perry na década de 1920, visava promover a sociabilidade a partir das relações de vizinhança (FERREIRA, GOROVITZ, 2009), em que as pessoas viveriam os seus cotidianos residenciais sem precisar se deslocar em grande escala. No relatório do Plano Piloto, Lúcio Costa não chegou a utilizar o termo Unidade de Vizinhança, mas sim "bairro".

A Unidade de Vizinhança estaria localizada na escala residencial, mas articulada com a gregária e bucólica. Cada composto de superquadras formaria constituiria a Unidade de Vizinhança. A concepção de UV-1 pensada para Brasília (implementada ou não) não é uma concepção de isolamento, mas de interdependência, segundo a qual uma superquadra participaria de pelo menos duas UVs, formando assim uma rede.

Essa rede estaria estruturada da seguinte forma: de quatro em quatro quadras, a UV-1 teria um centro religioso, uma agência de correio e telefonia, bancos, posto de saúde, serviço de segurança pública com polícia militar e civil, uma biblioteca setorial, um clube social, uma academia de ginástica e dança, um cinema e um espaço cultural. O Relatório do Plano Piloto apresenta a escala residencial da seguinte forma:

Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla e singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emoldurada por uma larga cinta densamente arborizada (...) Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema a fim de torna-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campo de jogos e recreio. (LÚCIO COSTA; 1991: 30)

Em relação à estrutura residencial proposta por Lúcio Costa, apenas a Unidade de Vizinhança nº 1, composta pelas superquadras 107, 108, 307 e 308 Sul, apresenta todos os equipamentos urbanos instalados. Uma série de vicissitudes políticas impediu que a concepção da UV se tornasse realidade em outros locais, apesar da replicação do modelo das superquadras ao longo do Plano Piloto.

Para fazer a descrição da UV-1, inspirei-me na proposta feita por Gabriel Colela (2012) em seu trabalho de conclusão do projeto de iniciação científica, no qual ele descreve as quadras como um caminhante.

3.2 – Descrição da Unidade de Vizinhança nº 1

Uma das maneiras de acesso viário ao espaço da UV-1 de Brasília se dá pela Avenida Eixo W – Eixo Oeste – paralela à Avenida W1, que passa em frente à entrequadra 308 e 307 Sul. Outra maneira é através da via Ers S – conhecida como o “eixinho” de Brasília – que passa em frente à entrequadra 108 e 107 Sul. É possível chegar de ônibus e de metrô nessa localidade.

A 108 Sul foi a primeira quadra a ser inaugurada em Brasília, no dia 2 de fevereiro de 1960, com o nome “Conjunto Habitacional Presidente JK”. Foi construída com o recurso do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). O engenheiro civil responsável foi Mauro Pessoa e a construtora que realizou o projeto foi a Ecisa. A arquitetura é de Oscar Niemeyer. Hoje a 108 Sul está organizada da seguinte forma:



Foto 1: Imagem panorâmica da 108 Sul
Fonte: Google Maps (2013)

O metrô passa na estação 108 Sul, à frente do Clube de Vizinhança nº 1 (em vermelho), cuja entrada se encontra no outro extremo. Se andarmos à esquerda da estação do metrô e da parada de ônibus, seguindo a lateral do Clube, encontraremos a Escola Classe 108 Sul (em amarelo). Próximo à entrada do clube, há uma academia de dança e balé e um posto policial, criado recentemente para atender à comunidade; há também alguns vendedores de coco, água e comida e uma costureira (em rosa).

Em roxo, encontra-se a biblioteca setorial. Em frente, há a sede da Associação Brasiliense de Peritos e Papiloscopistas, que atualmente está desativada. Em seguida há um ponto de táxi e perto dele há uma enorme banca de revistas, a maior da UV-1. Logo depois é a entrada das quadras 108 e 308 Sul. Perto da banca de revista, encontra-se a Rua Comercial da 108/107 Sul (em verde), nela existem os mais diversos estabelecimentos.

Há alguns estabelecimentos que funcionam desde 1960, como a Pizzaria Dom Bosco, a Casa das Meias e a Agência da Caixa Econômica Federal. Há também a Escola de Dança Clássica Norma Lília Biavaty, que encontra-se no extremo oeste da Comercial da 108 Sul; é uma construção que não se encontra agrupada com os demais estabelecimentos.

“Juntamente com os *estabelecimentos pioneiros*, agrupam-se na Rua Comercial bares, churrascaria, salões de cabeleireiros, restaurantes, loja de artigos futebolísticos, pet shops, docerias, casa lotérica, duas padarias e lojas de ternos e roupas informais. São vinte e

quatro estabelecimentos na Rua Comercial 108 Sul e vinte na Rua Comercial 107 Sul – a Caixa Econômica Federal ocupa grande espaço nesta rua. Alguns encontram-se ali desde a década de 1970, como o Restaurante Xique-Xique e o Bar New York, sendo parte da ocupação da segunda década desde a inauguração de Brasília”. (COLELA; 2012: 11).

Após a subida da Rua Comercial, encontra-se um balão rodoviário que dá acesso às superquadras 108 e 308 Sul pela esquerda, e 107 e 307 Sul pela direita. À frente, está a Igreja Nossa Senhora de Fátima, conhecida como *Igrejinha*, a primeira instituição católica oficialmente inaugurada no Plano Piloto.

À direita da Igreja Nossa Senhora de Fátima, encontra-se a superquadra 308 Sul. A arquitetura e o projeto urbanístico da superquadra foram realizados por Marcelo Campello e Sérgio Rocha, já o projeto paisagístico foi feito por Burle Marx. Na entrada da superquadra há uma placa azul escrita: “Bem-vindo à SQS (Superquadra Sul) 308, Welcome! Bienvenido! Prefeitura da Superquadra Sul 308 QUADRA MODELO DE BRASÍLIA”. A 308 Sul é reconhecida como a quadra modelo por ter todos os equipamentos urbanos de uma superquadra instalados. A quadra começou a ser construída no dia 18 de janeiro de 1960 e foi inaugurada no dia 19 de fevereiro de 1962. A seguir a imagem panorâmica da quadra:

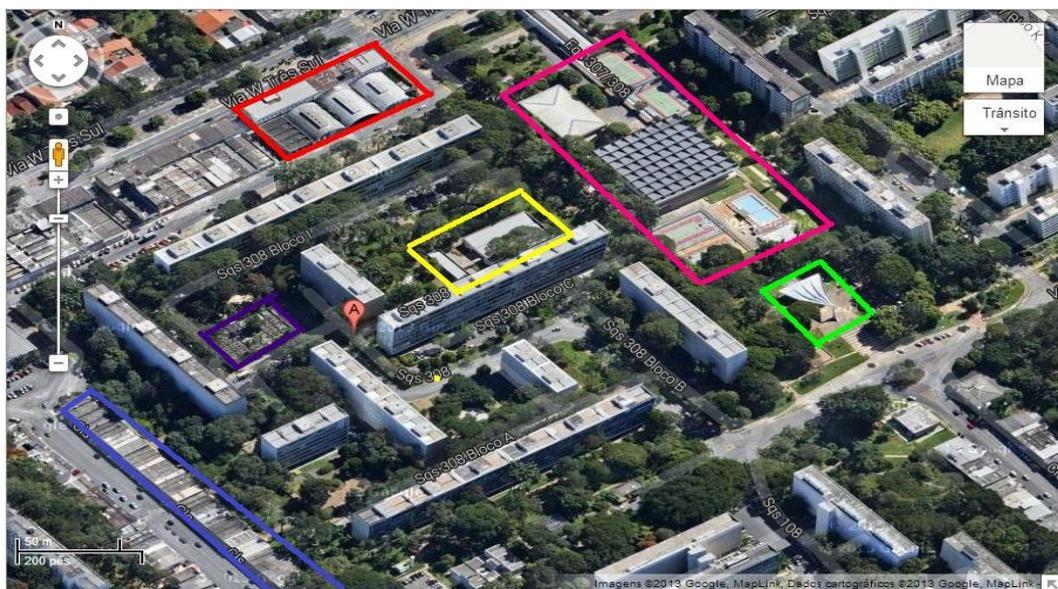


Foto 2: Imagem panorâmica da 308 Sul
Fonte Google Maps (2013)

A Igrejinha (em verde) é o centro referencial da UV-1. Atrás dela encontra-se a famosa Escola Parque de Brasília (em rosa), pensada por Anísio Teixeira e única em Brasília por muito tempo. Seguindo a linha das escolas, há o Jardim de Infância da 308 Sul (em roxo)

e a Escola Classe da 308 Sul (em amarelo). Fazendo parte da escala gregária, há a praça de cogumelos, muito usada pelos adeptos do Le Parkour¹, e a centopeia. Alguns jovens que saem das escolas ou do Espaço Cultural Renato Russo (em vermelho) ficam nesses espaços conversando. Também fazendo parte da escala gregária, há o laguinho da 308 Sul, em frente ao bloco E. Há também o comércio local (em azul), que, assim como a comercial da 107/108 Sul, possui diversas lojas, principalmente lojas oficiais de time de futebol.

A superquadra 307 Sul foi a última a ser inaugurada na UV-1 e possui certas peculiaridades, como o fato de não haver escolas construídas, embora existam os espaços destinados a elas. Em contrapartida, a 307 Sul possui quadras de esporte, parque infantil e uma academia da 3ª idade, que se transformam em espaços para o encontro de adultos e idosos. A quadra também tem seu comércio local, que possui várias lojas, dentre elas bares e lojas de roupas.

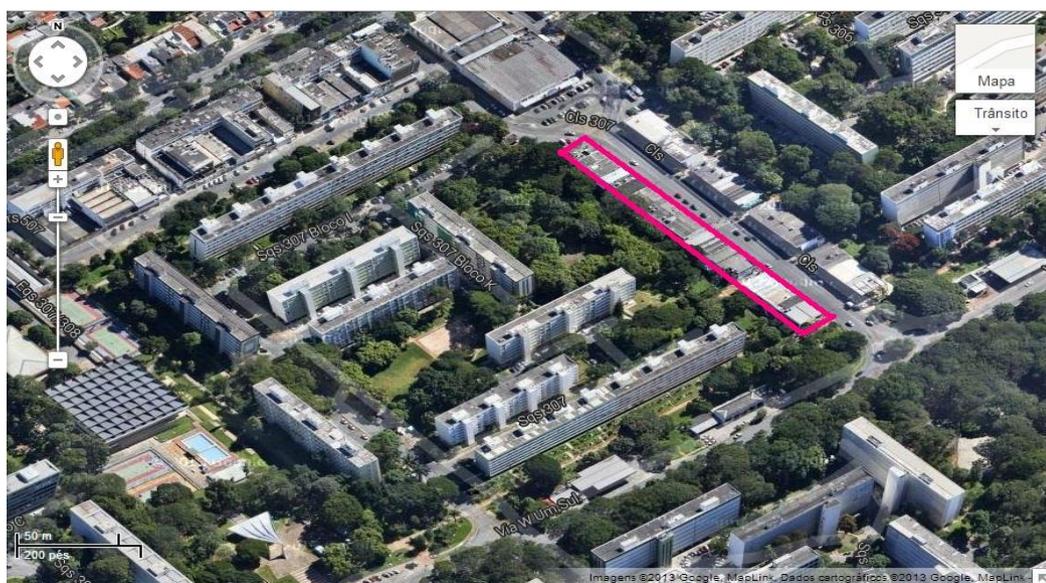


Foto 3: Imagem panorâmica da 307 Sul
Fonte Google Maps (2013)

A 107 Sul foi inaugurada no dia 21 de março de 1960. O projeto da quadra é do arquiteto Oscar Niemeyer e possuiu como recurso econômico o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas – IAPETC. A seguir, a imagem panorâmica da quadra atualmente:

¹ Le Parkour é uma atividade cujo princípio é mover-se de um ponto a outro o mais rápido e eficientemente possível, usando principalmente as habilidades do corpo humano



Foto 4: Imagem panorâmica da 107 Sul
Fonte Google Maps (2013)

A rua comercial está destacada em vermelho e sua loja mais antiga é a famosa pizzaria Dom Bosco – que anuncia sua data de inauguração, em 1960, em uma placa vermelha afixada na parede. Outras lojas antigas são o restaurante Xique-xique, que encontra-se frequentemente lotado, e a Casa das Meias. Esses estabelecimentos fazem parte dos pontos turísticos da UV-1.

Observando a quadra, é possível ver uma das estruturas mais importantes da UV-1: o Cine Brasília (em verde), que foi inaugurado em 1960 e faz parte da concepção de entretenimento da UV-1. Há um grande parquinho (em rosa) que faz com que muitas crianças desçam para brincar, acompanhadas pelas babás ou mães. Ao lado do parque está a única sede da prefeitura construída na UV-1. Compartilhando da concepção das escolas, está o Centro de Ensino de 1º grau 2 de Brasília (em amarelo).

Tendo apresentado um panorama das quadras que constituem a UV-1, detalharei as estruturas mais importantes da área, como as escolas, a Igrejinha e o cinema. Através de publicações ambientadas nos espaços da UV-1, demonstrarei como os espaços são representados pelos autores que estudaram essa área.

1.2 – As edificações da Unidade de Vizinhança nº 1

I. O centro religioso

Constituído pela Igreja Nossa Senhora de Fátima, que foi inaugurada no dia 28 de junho de 1958. A arquitetura é de Oscar Niemeyer, a fachada é decorada com os azulejos de Athos Bulcão e a pintura interna é do pintor piauiense Francisco Galeno. Hoje a Igrejinha é um dos pontos turísticos mais conhecidos da Unidade de Vizinhança e de Brasília.

Um dos trabalhos realizados na Igrejinha foi a monografia de Natália Peres Kornijezuk (2010). Em seu trabalho, Kornijezuk visa à apreensão das representações construídas acerca da Trezena de Nossa Senhora de Fátima. Para a autora, a festa é um meio importante para observar como os moradores se apropriam do espaço urbano e a Igrejinha serve como foco de novas redes que são formadas pelo contato entre os frequentadores.



Foto 5: Fachada da Igrejinha Nossa Senhora de Fátima
Larissa Vasconcelos (2013)

II. As escolas:

A concepção de Brasília está estritamente relacionada ao plano de Anísio Teixeira para as escolas. Em seu plano – *Plano de Construções Escolares de Brasília* –, Anísio Teixeira propõe que as bases da instituição educacional fossem lançadas desde o ensino primário. Essa seria a base para o sistema educacional do país.

O plano arquitetônico de Brasília estabeleceria as estruturas para a implementação da rede física das escolas através de uma distribuição equidistante e equitativa entre as escolas e

os blocos residenciais. Dessa forma, a cidade foi organizada em superquadras onde as escolas primárias estariam distribuídas, para que as crianças pudessem percorrer o menor trajeto possível escola-casa. Já as escolas secundárias, destinadas aos adolescentes, seriam construídas em locais de fácil acesso, mas fora da estrutura das superquadras.

Tendo em vista o sentido de “Unidade de Vizinhança”, pensou o Dr. Anísio Teixeira que as escolas seriam distribuídas de tal modo que as crianças caminhariam a pé, sem perigo, das respectivas residências para a escola ou jardim de infância, e de retorno dessas unidades escolares às suas casas (apartamentos), sem interferência de veículos, cujo tráfego teria vias próprias. (CAMPOS; 1990: 154)

Em um artigo que gerou o livro “Nas Asas de Brasília. Memórias de uma utopia educativa”, as autoras Eva Pereira e Lúcia Rocha (2011) demonstram o plano educacional idealizado por Anísio Teixeira. Com relação ao conteúdo, o sistema educacional estaria interligado como um todo em uma perspectiva de continuidade. Dessa forma, a criança primeiramente estudaria no Jardim de Infância e, por volta de seus 5 anos, seria transferida para a Escola Classe, onde desenvolveria sua parte intelectual em aulas expositivas, pela manhã, e para a Escola Parque, onde desenvolveria sua parte motora e sua criatividade, à tarde. Ao completar seus 15 anos, o adolescente estudaria em um Centro Educacional, completando o Ensino Médio e, por fim, ingressaria na Universidade de Brasília (UnB). Outra característica é que a proposta pedagógica seria moldada a partir de diferentes objetivos e funções atribuídas à escola conforme as mudanças sociais decorrentes do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico.

A partir dessa ideia de Anísio Teixeira, na Unidade de Vizinhança encontram-se as seguintes escolas:

a) Jardim de Infância

O primeiro contato que a criança teria com a escola seria através do Jardim de Infância, que atenderia crianças de 4 e 5 anos. Ele estaria correlacionado aos parâmetros da educação infantil.

Na Unidade de Vizinhança, o primeiro Jardim de Infância em Brasília foi inaugurado em 14 de janeiro de 1966 na 308 Sul.



Foto 6: Entrada do Jardim de Infância da 308 Sul
Larissa Vasconcelos (2012)

b) Escola Classe

A primeira Escola Classe na Unidade de Vizinhança foi inaugurada em 12 de dezembro de 1959 por Juscelino Kubitschek e está localizada na 308 Sul. Diversas superquadras de Brasília possuem Escola Classe. Das quadras pertencentes à UV-1, apenas a 307 Sul não possui.

A Escola Classe estaria organizada nos moldes de uma escola comum, na qual os alunos são distribuídos em salas de aula de acordo com sua idade. O ensino seria ligado à parte teórica, com disciplinas regulares, como matemática, português, história, geografia e ciências. Essa escola atenderia crianças de até 10 anos de idade.



Foto 7: Crianças brincando na Escola Classe da 308 Sul
Larissa Vasconcelos (2012)

As autoras Eva Pereira e Lúcia Rocha, no artigo “Escola Parque de Brasília: uma experiência de educação integral” presente no livro “Nas asas de Brasília” (2011), demonstram os primeiros anos da Escola Parque e da própria concepção das escolas na Unidade de Vizinhança. A estrutura material, junto com a competência dos professores, criaram as condições necessárias para o desenvolvimento de um currículo participativo.

“O corpo de alunos que compunha a clientela escolar das quatro Escolas Classe estava matriculado na Escola Parque, lá permanecendo a metade do tempo do período escolar completo, de oito horas. Assim, os alunos que frequentavam a Escola Classe pela manhã iam à Escola Parque à tarde, e vice-versa.” (PEREIRA, ROCHA; 2011: 171)

A Escola Parque estaria localizada em cada Unidade de Vizinhança que existisse, já as Escolas Classes estariam em cada superquadra para atender as crianças da área.

c) Escola Parque

A Escola Parque foi inaugurada em 20 de novembro de 1960, baseada nos princípios do educador Anísio Teixeira. Seu projeto arquitetônico é de autoria do arquiteto José Reis. A Escola Parque ocupa uma área de 20544 m², com três edificações: o Pavilhão de Salas de Aula, o Bloco do Auditório e o Bloco das Oficinas.

Enquanto na Escola Classe as crianças estariam agrupadas de acordo com suas idades, na Escola Parque elas estariam reunidas de acordo com suas aptidões. A Escola Parque ofereceria um ensino ligado ao campo da criatividade e ofereceria aulas de dança, pintura e educação física. Nessa escola, o aluno seria o centro do processo educativo, pois ele iria definir duas atividades das quais gostaria de participar e dedicaria a cada uma delas duas horas diárias.



Foto 8: Fachada da Escola Parque da 308 Sul
Larissa Vasconcelos (2012)

Tive a oportunidade de entrevistar algumas pessoas que estudaram nas escolas da Unidade de Vizinhança. Com relação à concepção do sistema escolar nos anos iniciais de Brasília, temos os seguintes depoimentos desses moradores:

Sou nascido, sou criado (em Brasília). Estudei em todas as escolas aqui em volta. Estudei na Escola Classe, no Jardim de Infância, na Escola Parque. Na 308, porque na 108 não tinha vaga (...) Eu falo que o projeto original era interessante, porque estudava aqui de manhã, na escola aqui na 108. Na 108 todos os alunos da minha sala moravam na 108. De 8h às 12h aqui ai à tarde das 14h às 18h era na escola parque. E na escola parque a minha turma não eram os mesmo colegas da escola classe. Vamos supor, se tivesse 30 alunos 5 eram da mesma classe, mas os outros 25 era da 107, 308 das outras quadras. Você acabava conhecendo toda a sua comunidade ao redor. Acabou perdendo-se isso (hoje). Você tinha teatro, arte plástica, música, educação física, a gente chegava e cantava o hino nacional (...) e isso tudo tá acabando, ainda peguei o período inteiro de segunda a sexta. (Entrevista com Seu Sandoval em janeiro de 2013)

Estudei nas escolas da quadra e a experiência foi maravilhosa. Era um ensino público de qualidade que não se tem hoje. Toda a parte de educação que aprendi lá não iria ter em uma escola privada. (Entrevista com Edinho em novembro de 2012)

Segundo os entrevistados, a concepção de Anísio Teixeira de uma escola integral era excepcional e única, um ensino que eles não poderiam ter em uma escola particular.

A concepção escolar proposta por Anísio Teixeira mudou muito ao longo desses 53 anos. As escolas não atendem mais aos filhos dos moradores das quadras, a maioria das crianças que estudam nessas escolas são moradoras das regiões administrativas de Brasília. A Escola Parque só funciona na terça e na quinta e os alunos permanecem na escola apenas por duas horas.

III. Setor comercial

O setor comercial, a princípio, serviria apenas para abastecer a população das quadras. As entradas das lojas eram voltadas para dentro da quadra. Atualmente, o comércio se expandiu e atende à toda a população de Brasília. As aberturas das lojas são todas viradas para a rua da comercial.

As quatro superquadras possuem comércio local com as mais diversas lojas, como restaurantes, lojas de roupa, bares e agências bancárias. Como visto na descrição da UV-1, existem lojas que estão no local há mais de 50 anos. Espalhadas pelas quadras, há bancas de revistas, costuraria, sapataria e chaveiro.



Foto 9: Setor Comercial da 108 e 107 Sul
Larissa Vasconcelos (2012)

IV. Clube

O Clube Social da Unidade de Vizinhança nº 1, inaugurado em 11 de abril de 1961, pode ser dividido em quatro partes: na primeira estariam localizados a portaria, a lanchonete, o parquinho de areia e a sede do clube; na segunda, estão as salas de ginástica, as piscinas e o Departamento de Esporte; na terceira, estão a academia, o ginásio de esportes e as quadras de tênis e na quarta parte, as churrasqueiras e os campos de futebol.

Nos primeiros anos, o clube aceitava pessoas de qualquer lugar de Brasília, mas a quantidade de sócios ficou muito alta e extrapolou o limite do local. Por esse motivo, a inscrição de novos sócios é feita periodicamente e eles devem possuir residência próxima ao clube.

Renata Gonçalves (1998), em seu trabalho de monografia, conseguiu fazer uma ótima descrição do clube e dos seus frequentadores. Com relação às apreensões sociais, a autora conseguiu perceber que, em princípio, não há formação de grupos explícitos e organizados, mas os espaços do clube são capazes de conceber determinados grupos, como os frequentadores da academia, as pessoas que praticam esportes e os que frequentam as piscinas.



Foto 10: Entrada do Clube Vizinhança nº 1
Larissa Vasconcelos (2012)

V. Biblioteca

Há apenas uma Biblioteca Setorial, que se localiza no espaço da entrequadra 108/308 Sul e é regida pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. A Biblioteca Setorial funciona de segunda a sexta, das 8h às 22h. Por possuir um ambiente propício aos estudos, a Biblioteca é frequentada por muitos estudantes, principalmente os que estão interessados em concursos públicos. Ela também possui alguns livros de acesso a toda a população.



Foto 11: Entrada da Biblioteca setorial
Larissa Vasconcelos (2013)

VI. Parque para as crianças e quadras de esporte

Há vários parquinhos espalhados pela Unidade de Vizinhança. Estes costumam ser os locais mais acessados pela comunidade das superquadras, pois permite o uso para lazer, esporte, convivência e recreação. Pais e babás levam as crianças para se divertirem, desenvolvendo suas habilidades motoras e fazendo amigos, enquanto eles mesmos conversam entre si.



Foto 12: Parquinho da 107 Sul
Larissa Vasconcelos (2012)

VII. Ponto de encontro comunitário

O GDF, juntamente com a prefeitura da 307 Sul, instalou em maio de 2013 um Ponto de Encontro Comunitário (PEC). Em uma placa afixada pela prefeitura comunitária da 307 Sul está escrito: “Ajude a melhorar sua quadra. Preserve, participe com ideias e atitudes. Parabéns a todos os moradores por mais esta conquista. Pratique atividade física regularmente, divirta-se. Viva uma vida saudável. Prefeitura comunitária da 307 Sul. Unidade de Vizinhança nº 1”.

O PEC é uma academia comunitária que proporciona à população local equipamentos para as pessoas se exercitarem e um espaço de convivência social. A maioria das pessoas que utilizam essas academias tem idades entre 45 e 65 anos.

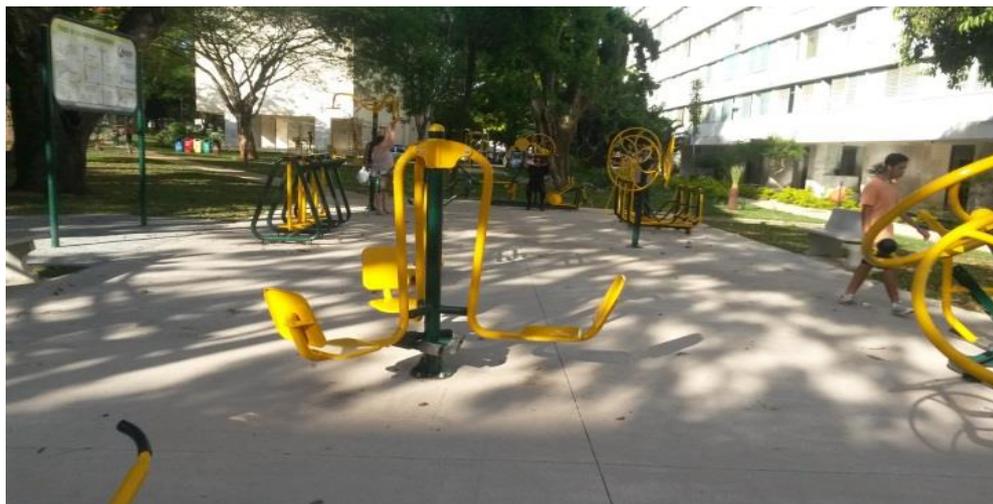


Foto 13: Ponto de encontro comunitário da 307 Sul
Larissa Vasconcelos (2013)

VIII. Cinema

O Cine Brasília foi inaugurado juntamente com as comemorações do dia da transferência da capital do Brasil, em 22 de abril de 1960. Projetado por Oscar Niemeyer, foi construído sob responsabilidade da NOVACAP. A Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal é a proprietária do cinema.

O Cine Brasília está ligado ao entretenimento e ao lazer dos brasilienses. Ele exhibe, geralmente, duas sessões diárias. Na programação, há filmes nacionais, mostras estrangeiras, semanas temáticas, lançamentos de livros e exposições fotográficas. O cinema é também a sede do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

Em 2011, o Cine Brasília passou por uma reforma estrutural. A restauração foi dividida em três etapas: na primeira, foi feita a impermeabilização e a instalação de para-raios; na segunda, ocorreu a troca das instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas e na terceira, haveria a construção do prédio anexo, presente no projeto inicial de Oscar Niemeyer. O espaço foi adaptado para atender às exigências da Lei de Acessibilidade, com rampas de acesso, lugares para cadeirantes, poltronas para obesos e piso tátil. Em 2013, após dois anos e com muito atraso, o Cine Brasília foi reinaugurado para o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Entretanto, o prédio anexo que estava no projeto de reforma não foi construído.



Foto 14: Entrada principal do Cine Brasília
Larissa Vasconcelos (2013)

IX. Blocos das superquadras

Os blocos das superquadras são uma característica marcante para Brasília. Eles foram uma das construções propostas por Lúcio Costa e persistiram em todo o Plano Piloto. Como foi determinado em seu projeto inicial, eles deveriam possuir gabarito uniforme de seis pavimentos e pilotis. Cada quadra possui cerca de 11 prédios.

Segundo o Relatório do Plano Piloto, as superquadras seriam “grandes quadras (...) emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada (...) com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor (...) o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem (...). Dentro destas superquadras, os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis. E separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestre, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra.” (FICHER, LEITÃO, BATISTA, FRANÇA; 2003:3-4)

Uma curiosidade encontrada no Plano Piloto é que os blocos J e K sempre estão juntos em homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek.



Foto 15: Bloco residencial da 308 Sul
Larissa Vasconcelos (2012)

Um trabalho interessante sobre a Unidade de Vizinhança pode ser visto no artigo “Sociabilidade, arte e patrimônio cultural em uma utopia urbana” de Letícia Vianna, Francisco Pinto, Máira Zenun e Raquel Souza (2012), o qual explana tanto sobre a concepção da história da construção de Brasília quanto sobre os equipamentos urbanísticos da UV-1. Há também um diálogo com a questão do patrimônio.

Capítulo 2 – Dimensões do Tombamento

Neste capítulo serão analisados os documentos oficiais que dispõem sobre o tombamento em Brasília, tanto o feito pela UNESCO quanto o da Unidade de Vizinhança, tendo como foco delimitar quais são os aspectos que o texto oficial estabelece para a manutenção do patrimônio tombado.

A cartilha “Patrimônio Cultural - Conhecer, Valorizar e Preservar” (2013), feita pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (PRODEMA), conceitua de forma interessante alguns termos como:

- I. “Patrimônio: o conjunto de bens naturais ou culturais considerados importantes para determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade.”
- II. “Patrimônio Cultural de uma sociedade é o conjunto formado das realizações do seu povo e é um produto coletivo.”
- III. “Tombamento é um registro oficial e legal espedido pelo poder público que significa que um edifício, centros urbanos históricos ou objetos e coleções foram reconhecido na sua importância e valor histórico, cultural e artístico e que, portanto, precisam ser conservados e protegidos contra danos ou destruições para usufruto de todas as gerações.”

O Brasil possui uma legislação bastante vasta acerca do patrimônio. Tendo em vista os conceitos acima, serão analisadas Leis Federais e Distritais, incluindo a lei 30.303 que dispõe sobre o tombamento da Unidade de Vizinhança.

2.1 – Leis Federais

O tombamento de bens históricos começou em 30 de novembro de 1937 com o Decreto nº 25, que criou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O SPHAN foi criado para proteger cidades antigas que corriam risco de depredação devido à especulação imobiliária. Atualmente, o respaldo legal para a proteção do patrimônio está

presente na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 216, explana o que pode ser considerado como patrimônio Brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ainda na Constituição Federal, o artigo 216, parágrafo 1º, determina que caberá ao Poder Público a proteção do patrimônio:

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Nos artigos 24 e 30, a Constituição Federal diz que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre o patrimônio e aos Municípios promover a proteção do patrimônio:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Art. 30. Compete aos Municípios:

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

O artigo 32 da Constituição Federal estabelece que ao Distrito Federal sejam atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios. Dessa forma, como mostrado no artigo 30, cabe ao Distrito Federal legislar e fiscalizar sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural de Brasília.

2.2 – Leis Distritais

Segundo o artigo 32 da Constituição, o GDF deve ter sua própria legislação acerca do patrimônio. Em um documento oficial do GDF², expedido no dia 13 de abril de 2012, escrito por Agnelo Fernandes, estabelece-se como tombamento para o Distrito Federal:

Proteger, preservar, reconhecer a importância do patrimônio pelo valor histórico, cultural, artístico, arqueológico, arquitetônico, etnográfico, paisagístico, natural, ambiental, bibliográfico e/ou afetivo, para a população, região que o obriga ou para o Brasil.

O tombamento é um ato da administração pública cujo objetivo é preservar e impedir que o patrimônio venha a ser descaracterizado ou destruído. No Distrito Federal, as regras de tombamento tem respaldo na Lei nº 47, de 02 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 25.849, de 17 de maio de 2005. Esses documentos foram assinados pelo ex-governador Joaquim Roriz. Entre os artigos mais importantes do Decreto nº 25.849, destaca-se o artigo 1º, que dispõe sobre o que é considerado patrimônio para o Distrito Federal:

Art. 1º Para fins deste Decreto, considera-se patrimônio histórico, artístico e natural do Distrito Federal:

I – bens móveis: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos;

II – bens imóveis: núcleos urbanos, monumentos naturais, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais;

Parágrafo único. É de interesse público a conservação e proteção dos bens relacionados nos itens I e II do art. 1º que se vinculam a fatos memoráveis da história de Brasília, os de feição notável pelas qualidades com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Já o artigo 3º prevê que o tombamento seja um ato realizado pelo governador do Distrito Federal em decorrência de um parecer do DEPHA (Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal):

Art. 3º O tombamento far-se-á mediante ato do Governador do Distrito Federal, com base em deliberação do Conselho de Cultura do Distrito Federal, mediante parecer da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal – DEPHA.

Os artigos 10 e 17 dispõem sobre a autorização do DEPHA para a modificação do bem tombado. Caso seja feita uma reforma nesse bem sem a autorização do DEPHA, será aplicada uma multa conforme o artigo 10 parágrafo 2º:

Art. 10. Não se poderá, nas áreas de tutela, sem prévia autorização do Conselho de Cultura do Distrito Federal e da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA, edificar ou demolir construções ou modificar a ambiência ou os campos visuais, sem proceder à colocação de cartazes e anúncios.

² GDF: Governo do Distrito Federal

§ 1º A inobservância do disposto neste artigo acarretará para o infrator a obrigação de demolir a construção, reconstruir o objeto demolido e restaurar a ambiência modificada pelo ato ilícito.

§ 2º Ao infrator aplicar-se-á multa cuja indexação será estabelecida pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, mediante parecer da equipe técnica da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA, sem prejuízo do disposto no parágrafo precedente.

Art. 17. Ressalvadas as exceções previstas em lei, é vedada a destruição, demolição ou mutilação de qualquer bem objeto de tombamento.

Parágrafo único. A restauração, reforma ou pintura dependerão de prévia autorização especial do Conselho de Cultura do Distrito Federal, mediante parecer da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA, sob pena de cominação da multa de metade do valor da obra, sem prejuízo do ressarcimento por eventual dano causado.

Já os artigos 18 e 19 dispõem sobre as condições para que o tombamento seja cancelado pelo GDF:

Art. 18. O cancelamento do tombamento far-se-á mediante Decreto do Governador, por iniciativa do Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, após decisão do Conselho de Cultura do Distrito Federal e da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA.

Art. 19. O cancelamento do tombamento só poderá ser concedido:

I – quando se provar que resultou de erro de fato quanto à sua causa determinante;

II – por exigência indeclinável do desenvolvimento econômico-social do Distrito Federal, em atendimento a uma proposta que leve em conta a indispensável conciliação entre a preservação dos bens culturais e o processo de desenvolvimento.

Através desses artigos é possível observar que o tombamento de bens no Distrito Federal é realizado através de ato administrativo expedido pelo governador. As obras nas áreas tombadas só podem ser realizadas mediante autorização do DEPHA e a desobediência ao artigo 10 acarretará a obrigação de demolir o bem construído. Também a reforma, restauração ou pintura desses bens deverá ter autorização do DEPHA e, caso tenha sido feita sem a prévia autorização, será estabelecida uma multa no valor da obra.

O cancelamento do tombamento só acontecerá caso haja prova de que, de fato, houve erro quanto às características do tombamento ou por questões econômicas. O cancelamento será feito mediante ato administrativo expedido pelo governador do Distrito Federal.

Brasília foi tombada primeiramente pelo GDF, depois houve o tombo federal e, ao final da década de 80, Brasília entrou na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, expedida pela UNESCO.

2.3 – Brasília - Patrimônio da Humanidade.

A formulação de uma política de preservação para Brasília começou em 1980 com a formação do Grupo de Trabalho para a Preservação de Brasília (GT-Brasília), que tinha como diretriz pensar em Brasília de forma institucionalizada. No ano de 1986, o governo local, junto com o GT-Brasília, solicitou à UNESCO a inscrição de Brasília na lista de bens culturais da humanidade.

O Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, é a primeira tentativa do GDF para demarcar os limites do Plano Piloto e as características que deveriam ser preservadas pelo governo:

Art. 1º - Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lúcio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.

Por esse Decreto estariam preservadas as quatro características urbanísticas: a escala monumental, residencial, bucólica e gregária. Em relação à escala monumental, temos:

Art. 3º - A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do País, está configurado no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti.

Dessa escala, estariam preservados o Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional, bem como os elementos escultóricos que os complementam, como o Panteão, a Pira e Monumento ao Fogo Simbólico. Também estão incluídos o Palácio do Itamaraty e o Palácio da Justiça.

Foi muito debatido, por mais de um ano, se seria possível construir ou não um monumento desenhado por Oscar Niemeyer para o gramado da Esplanada dos Ministérios. O IPHAN não autorizou a construção, justificando a recusa através do artigo 3º do Decreto nº 10.829.

Art. 3º - III - Os terrenos do canteiro central verde são considerados non-aedificandi nos trechos compreendidos entre o Congresso Nacional e a Plataforma Rodoviária e entre esta e a Torre de Televisão e no Trecho não ocupado entre a Torre de Televisão e a Praça do Buriti.

Em relação à escala residencial, o Decreto 10.829 menciona:

Art. 4º - A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, está configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário Residencial e, para a sua preservação, obedecerão às seguintes disposições:

II - Nas duas alas, Sul e Norte, nas sequências de Superquadras numeradas de 102 a 116, de 202 a 216 e de 302 a 316, as unidades de habitações conjuntas terão seis (seis) pavimentos, sendo edificadas sobre piso térreo em pilotis, livre de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;

III - Nas duas alas, Sul e Norte, nas sequências de Superquadras duplas numeradas de 402 a 416, as unidades de habitações conjuntas terão três pavimentos, edificados sobre pisos térreos em pilotis livres de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;

O artigo 4º desse Decreto prevê a criação de edificações destinadas ao uso comunitário e a questão do comércio local em cada superquadras. Nas entrequadras, as edificações de ensino, esporte, recreação e atividades culturais e religiosas seriam de uso comum e adequado às áreas de vizinhanças próximas.

Em relação à escala gregária, o decreto determina:

Art. 7º - A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte.

Para manter essa escala preservada, a Plataforma Rodoviária será preservada de forma integral em sua estrutura e arquitetura original. Os setores de Diversões Sul e Norte serão mantidos com a atual cota máxima de coroamento, com suas respectivas fachadas voltadas para a Plataforma Rodoviária.

Por fim, em relação a escala bucólica e sua preservação, há:

Art. 9º - A escala bucólica, que confere à Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstos para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer, será preservada. Observando-se as disposições dos Artigos subsequentes.

Art. 10 - São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º deste Decreto que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista expansão predominante residencial em Brasília Revisitada.

§ 1º - Nas áreas referidas no caput deste Artigo onde prevalece a cobertura vegetal do cerrado nativo, esta será preservada e as demais serão arborizadas na forma de bosques, com particular ênfase ao plantio de massas de araucária, no entorno direto da Praça dos Três Poderes.

§ 2º - Nas áreas non-aedificandi poderão ser permitidas instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias, desde que aprovadas pelo CAUMA.

Art. 11 - Será mantido o acesso público à orla do Lago em todo o seu perímetro, à exceção dos terrenos, inscritos em Cartório de Registro de Imóveis, com acesso privativo à água.

O Decreto nº 10.829 foi publicado no Diário Oficial no mesmo ano em que Brasília tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A inscrição ocorreu em 7 de dezembro de 1987. Desde então, a capital federal detém a maior área tombada do mundo (112,5km²), sendo o único bem contemporâneo a receber tal distinção.

Em 1990, a cidade foi tombada como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN mediante a portaria nº 4, mais tarde alterada pela portaria nº 314/92- IPHAN, que vê a cidade como obra de arte, relíquia de um tempo passado. Esse documento é a retificação do Decreto nº 10.829. A portaria estabelece que as quatro características urbanísticas devem ser preservadas: as escalas monumental, residencial, gregária e bucólica. “Dessa forma, o tombamento desta área não trata da preservação de edificações isoladas, mas de um conjunto urbano que se configura como tal pela observância destas normas urbanísticas” (SINOTI, 2005: 33).

Em 2012, Brasília completou 25 anos do título de Patrimônio da Humanidade. Em uma matéria realizada pelo jornal Correio Braziliense, há o seguinte tom de saudosismo ao tombamento realizado pela UNESCO:

Na próxima sexta-feira, a honraria concedida pela UNESCO completará 25 anos. Um quarto de século de luta pela preservação das características originais do Plano Piloto de Lúcio Costa, que inaugurou uma nova forma de se viver no Brasil e garantiu aos moradores da capital uma qualidade de vida única no país. Ao inscrever Brasília na lista de Patrimônio Mundial, a UNESCO reconheceu o valor excepcional da capital do ponto de vista da arte e da história para a cultura da humanidade. Cidades com tal reconhecimento são locais insubstituíveis que devem ser conservados e transmitidos para as gerações futuras. O país que tem um bem considerado patrimônio da humanidade se compromete, mundialmente, a preservá-lo. Brasília é a única cidade modernista inscrita na lista da UNESCO no planeta. (Notícia veiculada no dia 02/12/2012, no Correio Braziliense, matéria “Título de honra dado pelo UNESCO à capital federal completará 25 anos”).

Pelo Decreto nº 33.506, de 26 de janeiro de 2012, depois retificado pela portaria nº 11 de 7 de março de 2012, o GDF instituiu 2012 o “Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade”. O Decreto criou o comitê executivo delimitado por objetivos declarados pelo Artigo 2º:

Art. 2ª Fica criado o Comitê Executivo para o “Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade”, com o objetivo de executar ações governamentais, de forma célere, destinadas à valorização de Brasília como patrimônio cultural e urbanístico da humanidade.

Compete a esse comitê executivo para o Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade:

Art. 5º I - elaborar proposta de Calendário de Eventos;

II – acompanhar a execução do Calendário de Eventos previsto no inciso anterior.

Art. 6º Passa a ser obrigatória a inscrição da frase “Brasília – patrimônio da humanidade” no rodapé dos documentos oficiais do Governo do Distrito Federal, durante o corrente ano.

Segundo a proposta do GDF, durante o ano de 2012, o governo realizaria uma série de seminários nacionais e internacionais, concluiria a reforma do Catetinho e do Panteão da Pátria e realizaria ações educativas para proteção do patrimônio em escolas e universidades. O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, destaca a importância de Brasília ser Patrimônio Cultural da Humanidade:

“O título de Patrimônio Cultural da Humanidade é muito importante para Brasília. Com as ações que iniciam hoje, vamos mobilizar todo o governo e a sociedade para que o patrimônio seja preservado da forma mais adequada possível e possa ser usufruído por todos os brasilienses, brasileiros e turistas estrangeiros” destacou o governador Agnelo Queiroz. (Notícia veiculada no dia 25/01/2012, no Correio Braziliense, matéria “Em 2012, Brasília completa 25 anos como Patrimônio Cultural da humanidade”).

Para o superintendente do IPHAN, Alfredo Gastal, essa iniciativa do GDF tem muito a produzir em relação ao patrimônio de Brasília:

“A partir de agora, o GDF vai atuar de forma mais efetiva em relação ao tombamento, o que representa um compromisso do governo sobre a preservação do patrimônio. Acredito que as ações e políticas sobre o assunto serão mais produtivas”, avaliou Gastal. (Notícia veiculada no dia 25/01/2012, no Correio Braziliense, matéria “Em 2012, Brasília completa 25 anos como Patrimônio Cultural da humanidade”).

A esperança dos técnicos está em uma maior valorização do GDF em criar políticas públicas para a preservação do tombamento de Brasília. Nos últimos anos, o GDF não vem tendo uma política de fiscalização efetiva e várias questões do tombamento estão ameaçadas. Essa falta de cuidado da administração pública com a cidade permitiu que o título de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade fosse ameaçado.

2.4 – Avaliação da UNESCO em Brasília

A favelização das áreas comerciais do Plano Piloto cresce no mesmo ritmo com que empresários constroem puxadinhos sem nenhum tipo de padronização. Nas superquadras, criadas pelo urbanista Lúcio Costa como modelo de liberdade e de acesso democrático, os pilotis são fechados por grades e cercas vivas. As extensas áreas verdes, que simbolizam a escala bucólica no projeto original do Plano Piloto transformaram-se em estacionamentos ou em abrigos para barracas de comerciantes

informais. Todas essas agressões ao tombamento da cidade, que envergonham os brasilienses, podem virar também motivos para um grande vexame internacional. (Notícia veiculada no dia 24/10/2011, no Correio Braziliense, matéria “UNESCO volta à Brasília para avaliar a conservação do Plano Piloto”).

A reportagem dispõe sobre a avaliação que a UNESCO, junto com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), realizou em 2012 em Brasília. O objetivo foi verificar se havia as condições adequadas para que Brasília fosse mantida na lista de Patrimônio Mundial. Essa visita gerou uma série de questões, demonstradas a seguir.

Em 2001 houve a primeira vistoria, que gerou um relatório com um diagnóstico sobre o estado de conservação da área tombada de Brasília. Os autores do relatório alertaram para o risco de que as intervenções na cidade estariam comprometendo as características do projeto original. No relatório também havia uma série de recomendações para a preservação de Brasília, como o fato de que era indispensável melhorar o transporte público na capital federal para reduzir o volume de carros em circulação na área tombada. O relatório de 2001 determinava que o governo tratasse como “prioridade absoluta” a elaboração de um plano diretor para Brasília. Também pedia que o governo brasileiro definisse “regras rígidas para a construção de edifícios às margens do lago”.

Entretanto, as recomendações foram ignoradas por parte do governo mesmo depois de inúmeras denúncias de agressão à concepção original de Brasília, como puxadinhos, pilotis cercados, coberturas irregulares e falta de vagas na área central. Mais tarde, a UNESCO voltaria a Brasília para fazer uma nova avaliação.

Os especialistas iriam observar se nos arredores do Lago Paranoá havia áreas para recreação, lazer, cultura, esporte e turismo. Seria observado ainda se o plano original de Brasília, definido por Lúcio Costa para setores destinados apenas às casas e prédios com menos de seis andares, é respeitado. Também seria analisada a área comercial – se os espaços verdes obrigatórios estão sendo preservados. Em relação às políticas públicas, os especialistas iriam avaliar os projetos sobre as áreas tombadas, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCub) e as ações de fiscalização na região central.

Para essa perícia, foram convocados dois representantes da UNESCO: o argentino Luís Maria Calvo e o espanhol Carlos Sambrício. Para eles, este trabalho tem como missão:

O espanhol Carlos Sambrício disse que a visita vai funcionar como uma troca de experiências. "Vamos receber informações de todas as partes e depois emitir um relatório para Paris. Essas visitas aos locais incluídos na lista de patrimônio são frequentes e normais", assegurou Sambrício. (Notícia veiculada no dia 13/03/2012,

no Correio Braziliense, matéria “Representantes da UNESCO iniciaram inspeção de Brasília nesta terça-feira”).

Segundo a Coordenadora de Cultura da UNESCO no Brasil, Jurema Machado, o trabalho desses representantes é criar um relatório, não cabendo a eles nenhuma relação de veredito para a manutenção ou não do título.

No relatório final, o título de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade se manteve, mas o relatório apontou diversos problemas e a necessidade de intervenção do Estado para que a cidade não perca o título. Entre os principais problemas identificados está a especulação imobiliária e a pressão do desenvolvimento advindo da Copa do Mundo de 2014. Alguns projetos, como o Estádio Nacional de Brasília e o Veículo Leve sobre Trilhos, não estão respeitando as diretrizes de conservação, indica o estudo.

O relatório também apontou “o estado grave de deterioração” da W3. O transporte público, mais uma vez, foi um ponto de preocupação para os técnicos. Mas no relatório não houve só críticas; também foi apontado que a conservação dos espaços verdes e dos prédios é, de forma geral, boa. O estado da área residencial foi considerado aceitável para UNESCO. Para solucionar os problemas de irregularidades nos espaços livres, é preciso um controle mais rigoroso do governo.

O GDF comemorou o resultado da análise e, em nota, por meio da Secretaria de Habitação, afirmou que a especulação da perda do título era ideia de adversários políticos. Ainda em nota, o GDF afirma o comprometimento com a UNESCO de remeter esclarecimentos sobre as ações do governo:

“O Governo do Distrito Federal remeterá ao Comitê da UNESCO esclarecimentos sobre todas estas ações e manterá aquele organismo internacional informado sobre as providências que serão adotadas para a correção de dados equivocados constantes do relatório, como, por exemplo, a necessidade de suspender a elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). A proposta do PPCUB já foi submetida a duas audiências públicas e será analisada na terceira audiência pública, no próximo sábado, 9 de junho.” O GDF afirma em nota expedida em 05 de junho de 2012 pela Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano”.

O superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Alfredo Gastal, falou em entrevista ao Correio Braziliense e ao G1, em junho de 2012, que enviaria à UNESCO uma nota a fim de fazer esclarecimentos a respeito do relatório da organização. Segundo Gastal, houve uma “certa imoderação” em alguns trechos do

relatório. Ele também reclamou do tom impositivo do documento. Gastal discorda principalmente da crítica feita no relatório sobre as construções previstas na 901 Sul.

Alguns trechos são extremamente impertinentes. A UNESCO não pode chegar e dizer que não se pode construir em algumas áreas. Lúcio Costa planejou Brasília para ser uma cidade viva, mas alguns acham que a capital é uma espécie de Versailles do século 21, como se fosse uma cidade morta. Qualquer grande metrópole precisa enfrentar os desafios da modernidade. Sou contra a cidade congelada. Ela é dos homens e são os seus moradores que devem moldá-la, afirmou Gastal. (Notícia veiculada no dia 07/06/2012, no Correio Braziliense, matéria “IPHAN reclama do tom “impertinente” e “impositivo” do relatório da UNESCO”).

O superintendente acredita que Brasília não pode ser uma cidade engessada:

“Brasília não pode ser uma cidade congelada. A sobrevivência de Brasília hoje, com os três milhões que estão em volta dela, depende de descentralizar emprego, melhorar o transporte de massa e a qualidade de vida nas cidades satélites”, afirmou. (Notícia veiculada no dia 06/06/2012, no G1, matéria “IPHAN diz que relatório da UNESCO sobre Brasília teve tom “impertinente”).

Para Gastal, algumas críticas foram importantes, como o problema do transporte público e da margem do lago, que está sendo invadida por empreendimentos imobiliários. Ele acredita que os brasileiros precisam assumir Brasília como a capital do Brasil para que haja uma preservação da capital.

"Brasília hoje não aparece nem no mapa da meteorologia. Se é uma cidade mal-amada, vai continuar sendo. Está faltando 'brasilidade'. Tinha que ser uma cidade para ser admirada pelas outras cidades. Uma cidade com aconchego”, completou. (Notícia veiculada no dia 06/06/2012, no G1, matéria “IPHAN diz que relatório da UNESCO sobre Brasília teve tom “impertinente”).

Gastal sugere que haja uma união entre o GDF e o Governo Federal para preservar e valorizar a capital.

2.5 – Tombamento específico das edificações da Unidade de Vizinhança

Com o intuito de preservar edificações importantes do ponto de vista da arquitetura, o GDF faz alguns tombamentos específicos, como o da Igrejinha Nossa Senhora de Fátima, do Cine Brasília e da Escola Parque. Esses tombamentos ocorreram antes tombamento da UV-1. A seguir, um panorama geral sobre o que dispõem os decretos de tombamentos dessas edificações:

I. Cine Brasília

O Decreto nº 28.519, de 07 de dezembro de 2007, dispõe sobre o tombamento do Cine Brasília, localizado nas superquadras 106/107 Sul, como bem cultural do Distrito Federal.

Art. 2º - Parágrafo único – Quaisquer intervenções físicas ou de uso, porventura, realizadas no Cine Brasília e na sua respectiva Área de tutela, somente poderão ser executadas mediante parecer técnico e aprovação da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal/ Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA.

Pelo Decreto, a administração de Brasília deverá ser comunicada antes de qualquer intervenção na área tombada do Cine Brasília. Pelo artigo 5º, em casos de danos causados por atos de vandalismo, destruição, deterioração e mutilação que venham a ser provocados em relação ao bem tombado, o GDF adotará providências visando a apuração e o ressarcimento dos danos causados.

II. Igrejinha Nossa Senhora de Fátima

A Igrejinha Nossa Senhora de Fátima possui tombamento federal pelo processo nº 1550 – T – 07 e tombamento distrital pelo Decreto nº 6.617, de 29/4/ 82. São objetos de tombamento a capela Nossa Senhora de Fátima, incluindo jardins externos, mobiliário urbano original e painel em azulejo de Athos Bulcão.

III. Escola Parque 307/308 Sul

O Decreto que dispõe sobre o tombamento da Escola Parque é o de número 24.861, de 04 de agosto de 2004. Por ser a primeira escola do tipo a ser construída em Brasília e por abrigar o projeto educacional de Anísio Teixeira, a Escola Parque da 307/308 Sul possui os seguintes itens tombados:

Art. 1º - Considera-se sob a proteção do Governo do Distrito Federal, a título de tombamento, a “Escola Parque 307/308 Sul” compreendendo esta: pavilhão 01 - salas de aula, pavilhão 02 - oficinas, pavilhão 03 - auditório, pavilhão 04 - vestiário/lavanderia, 02 quadras polivalentes, pista de saltos, quadra de vôlei, quadra de basquete, quadra de tênis, quadra de futsal, 02 mini quadras de futsal, parque infantil, 02 piscinas, jardins e estacionamentos compreendidos dentro da cerca da delimitação da Escola.

Os atributos destinados ao Cine Brasília são também estabelecidos para a Escola Parque:

Art. 2º- Parágrafo Único – Toda intervenção na área de tutela deverá ser previamente examinada e aprovada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.

Art. 3º - Qualquer ato que importe na destruição, mutilação ou alteração do bem referido nos artigos anteriores será considerado crime contra o Patrimônio do Distrito Federal punível nos termos da lei penal, sem prejuízo da responsabilidade civil.

IV. Escola Classe da 308 Sul

O Decreto que dispõe sobre o tombamento da Escola Classe da 308 Sul é o de nº 11.234, de 2 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial no dia 5 de setembro de 1988. A Escola Classe da 308 Sul foi tombada por ser a primeira escola construída no modelo educacional proposto para Brasília.

As reformas e prováveis depredações do bem tombado deverão ser de responsabilidade da administração de Brasília.

O tombamento das edificações não foi suficiente para garantir a manutenção da única área residencial que possui todos os equipamentos urbanísticos presente no projeto de Lúcio Costa. Com o intuito de preservar essa área residencial, houve o tombamento da Unidade de Vizinhança, que ocorreu em 2009 através do Decreto nº 30.303. A seguir, serão demonstrados os artigos que dispõem sobre o tombamento da Unidade de Vizinhança.

2.6 – Tombamento da Unidade de Vizinhança nº 1

O Decreto Distrital destinado ao tombamento da Unidade de Vizinhança nº 1, constituída pelas quadras 107, 108, 307 e 308 Sul, foi expedido pelo ex-governador José Roberto Arruda em 27 de abril de 2009. Esse Decreto é o de número 30.303, que possui o intuito de preservar e assegurar a proposta original do Plano Piloto. Segundo o Decreto, a Unidade de Vizinhança nº 1 é um importante conceito habitacional que cria uma nova forma de viver. O Decreto vem no intuito de preservar as características que singularizam Brasília.

Considerando os aspectos urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos de Brasília; Considerando a necessidade de assegurar a permanência de testemunhos da proposta original do Plano Piloto de Brasília; Considerando o propósito de preservar características fundamentais que singularizam Brasília; Considerando a necessidade de conservação dos atributos peculiares de Brasília, que fundamentam sua condição de Patrimônio Cultural da Humanidade; Considerando a concepção inovadora de viver e morar do projeto urbanístico de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília; Considerando a relevância histórica da Unidade de Vizinhança como conceito habitacional implícito nos primórdios da construção da cidade; Considerando, ainda, o dever público de proteção de espaços urbanos e edificações pioneiras, DECRETA:

Art. 1º. Considera-se sob a proteção do Governo do Distrito Federal, mediante tombamento, o conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico da Unidade de Vizinhança, formado pelas Superquadras Sul 107, 108, 307 e 308, com suas edificações destinadas à habitação, à educação, à cultura, ao lazer, ao culto religioso, ao comércio; a Entrequadra Sul 108/308, com o posto policial e a biblioteca nela existentes; o Clube Unidade de Vizinhança e o Cine Brasília.

A área destinada ao tombamento é vista no artigo 2º, no qual temos:

Art. 2º. Considera-se Área de Tutela do perímetro tombado aquela que tem como limites: ao Sul, a faixa compreendida pelo Comércio Local Sul 308/309, incluindo suas calçadas posteriores até a linha onde começa o ajardinamento das Superquadras Sul 308 e 309; ao norte, a faixa compreendida pelo Comércio Local Sul 306/307, incluindo suas calçadas posteriores até a linha onde começa o ajardinamento das Superquadras Sul 306 e 307; a oeste, as quadras comerciais 507 e 508, compreendidas suas edificações, incluídas as calçadas frontais, até o limite da Via W3.

A partir da publicação do Decreto, todas as reformas deverão ser comunicadas e dependerão de autorização da administração de Brasília. Caso não haja permissão para a reforma, os responsáveis deverão pagar uma multa de metade do valor da obra conforme o artigo 17 da Lei nº 47 do Distrito Federal. Também em caso de danos causados ao bem tombado, é de responsabilidade da administração de Brasília averiguar o ocorrido e ressarcir os danos causados ao patrimônio.

O IPHAN enviou o ofício circular nº 01/2011 a todos os síndicos da UV-1, expedido pelo superintendente Alfredo Gastal. Na carta, Gastal demonstra um interesse particular da superintendência do IPHAN perante a UV-1, na preservação do conjunto urbanístico de Brasília.

O IPHAN vem traduzindo interesse por tal conjunto único em Brasília, exemplar qualificado do urbanismo e da arquitetura previstos para as superquadras desde 1999, quando foi realizado o primeiro inventário da unidade em parceria com a extinta Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA. Esse inventário foi atualizado, sistematizado e complementado em 2008 pelo IPHAN, no qual são propostos graus de preservação para cada bloco servindo de referência para as ações de preservação do conjunto pelo IPHAN. (Trecho do 01/2011).

Dessa forma, como a UV-1 é um exemplar de caráter único da concepção de Lúcio Costa e de habitação do Plano Piloto, é de grande interesse do IPHAN a preservação do conjunto habitacional. Assim, o IPHAN, por meio deste ofício circular, requer que quaisquer intervenções externas nesse conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico sejam feitas mediante autorização.

Os prefeitos de quadra, representando a comunidade, encaminharam ao superintendente do IPHAN, através do ofício nº 03/2011, a solicitação de esclarecimentos ao

superintendente do IPHAN quanto ao descaso do governo em relação ao comércio local e seus “puxadinhos”, calçadas destruídas, péssima iluminação pública, presença dos moradores de ruas e do comércio ambulante, que, segundo o encaminhamento, descaracteriza o conjunto urbanístico. Para os prefeitos, o IPHAN está mais preocupado com as intervenções externas que ocorrem nos blocos do que o que os prefeitos consideram como descaso público.

Estranha as nossas comunidades as ações contra os moradores, como por exemplo a troca das pastilhas dos prédios serem tratados como algo criminoso, como se fosse o único motivo de ferir o tombamento. Hoje as fachadas estão com as pastilhas caindo sobre carros e pessoas, deixando a estrutura aparente e a inviabilidade financeira de restauração ou até mesmo de troca de pastilhas por outras diferentes das originais orçadas em até um milhão de reais. (Trecho do ofício 03/2011).

O encaminhamento pede esclarecimento ao IPHAN em relação ao abandono das quadras, a permissão e omissão do comércio nas invasões das áreas públicas. Também pede explicação do porquê de caber apenas aos moradores o respeito ao tombamento. Os prefeitos pedem a criação de um grupo de trabalho permanente junto com o GDF e o IPHAN para proteger o tombamento da UV-1. Até o momento da escrita deste trabalho, não houve resposta do IPHAN para esse documento.

Capítulo 3 – Prefeitura de quadra

Nesse capítulo será tratada a dimensão política das quadras da Unidade de Vizinhança nº 1. Serão apresentados alguns aspectos desta dimensão, como os desafios da prefeitura de quadra e a relação da prefeitura com o bem tombado e com o IPHAN. Essa abordagem se dará a partir de entrevistas realizadas com os quatro prefeitos das quadras e de alguns casos etnográficos.

A partir de 1980, os moradores de Brasília começaram a se organizar sob forma de prefeituras ou associações de moradores na tentativa de obter mais participação da sociedade nas questões relativas à administração das moradias. Hoje essas prefeituras estão congregadas, no Plano Piloto, a dois conselhos comunitários: o Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS) e o Conselho Comunitário da Asa Norte (CCAN). Na Asa Sul, em 2002, das 75 quadras, havia 68 prefeituras atuantes.

Segundo Sinoti (2005), são as identidades com o lugar onde moram que explicam a manutenção das quadras. Assim a existência das prefeituras locais reflete o sentimento de pertencimento ao espaço, além de ser compreendida como forma de compartilhar as responsabilidades perante ao espaço público.

A Unidade de Vizinhança nº 1 conta com prefeituras atuantes em cada superquadra. Apenas a 107 Sul possui uma sede definitiva. As prefeituras agem de forma improvisada, com os balanços da contabilidade geralmente arquivados nas casas dos prefeitos, os telefones pessoais sendo usados para se comunicar com a população e as reuniões sendo feitas nos prédios ou nas escolas locais.

Tive a oportunidade de entrevistar esses prefeitos de quadra. A seguir, encontram-se algumas falas deles que retratam o significado de serem moradores e também “zeladores” das quadras. Começo mostrando quem são os prefeitos:

1. Marcel – 307 Sul: nasceu e cresceu na 306 Sul, onde morou por 25 anos. Já morou no Rio de Janeiro, nos Estados Unidos e em Brasília, na Asa Norte. Os pais saíram da 306 e foram morar na 307 em 1999. O antigo apartamento foi ocupado por sua irmã, após o casamento. Morou na 308 Sul também, em frente à Igrejinha, e adorou o tempo que morou lá, por ser um local nobre. Descia e ficava caminhando e

conversando com os amigos nos caminhos que foram projetados para os encontros. É servidor público do Ministério dos Transportes, membro do Instituto Histórico Geográfico de Brasília, membro do Conselho Comunitário da Asa Sul, membro de uma ONG e sócio de uma empresa de informática.

2. Dona Nancy – 107 Sul: está há 14 anos na prefeitura. Alega que não resolveu ser prefeita por querer, mas porque devido a um movimento da prefeitura, as pessoas perceberam que ela gostava de zelar pelos outros. “Nasci para cuidar. Eu não tenho dúvidas de que Ele me mandou para cuidar, não só para a prefeitura.”. Ela nasceu em Maceió - Alagoas, depois foi para o Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar na Câmara dos Deputados, e depois foi transferida para Brasília. Hoje é aposentada pela Câmara dos Deputados.

3. Seu Sandoval – 108 Sul: nasceu em 1964 nessa mesma quadra. Em 1960, seu pai, que trabalhava na Câmara dos Deputados, foi transferido e, junto com sua esposa, veio para Brasília, deixando os outros parentes no Rio. Estudou em todas as escolas da localidade. Foi síndico do bloco desde 1995 até o ano passado. “Sou nascido aqui, adoro a minha cidade, brigo quando alguém fala mal dela, não suporto quando vamos para fora e falam da corrupção aqui em Brasília e colocam os moradores como os culpados, a cidade não tem nada a ver com os políticos”.

4. Edinho – 308 Sul: nasceu em Brasília e morou até os 10 anos na cidade, depois mudou para a Paraíba e voltou para Brasília em 2002. Estudou nas escolas da quadra e trabalhou como assessor parlamentar. Faz trabalho voluntário como prefeito, não tendo nenhuma remuneração. Ele primeiramente era vice-prefeito, mas o prefeito adoeceu e teve de sair da prefeitura, passando o cargo para ele.

A localização de cada quadra e sua área adjacente geram problemas diferentes, principalmente no que se refere ao comércio local. Nas quadras cujos moradores têm maior poder aquisitivo, as prefeituras têm menos problemas de arrecadação de taxas, o que permite maior contratação de terceirizados.

A participação da comunidade nas questões da prefeitura varia conforme a quadra e a atuação dos prefeitos para a sua mobilização. As demandas para melhoria das quadras partem de quem utiliza o espaço interno com mais frequência, como famílias com crianças pequenas ou pessoas idosas. A apropriação dos espaços da quadra varia conforme a faixa etária dos moradores, dessa forma as quadras que possuem mais crianças e adolescentes aparentam ser

mais movimentadas. Alguns problemas são comuns nessas quadras, como a falta de iluminação, manutenção e conservação das áreas verdes e jardins, parquinhos, quadras de esporte, calçadas e segurança pública. Também é comum a constatação da invasão de áreas públicas e a insuficiência de estacionamentos.

3.1 – Prefeitura

Sinoti (2005) mostra que as prefeituras são identificadas como as entidades responsáveis pela interlocução com o GDF, principalmente nas questões relacionadas com a conservação e a manutenção do espaço público. Essas atividades envolvem a poda de árvores, a conservação do parquinho e o conserto de postes e de calçadas, como demonstrado na fala dos prefeitos:

É como se fosse um zelador da quadra, síndico da quadra, um gerente da quadra, a expressão que você quiser usar. Zelador porque a gente cuida. Nós temos os funcionários que cuidam do jardins, com a limpeza dos jardins, das flores secas, dos pequenos galhos, da limpeza dos parquinhos (...) eles cuidam do filtro do laguinho, da ração dos peixes, da limpeza do laguinho. A prefeitura faz a ponte com todos os órgãos públicos. Claro, qualquer morador e síndico pode fazer, mas a gente fortalece e cria um laço mais institucional porque a gente fala em nome de todos, então tudo que se refere da DPJ³, DETRAN, Secretária de obras, CEB, limpeza da quadra é a prefeitura que toma a frente para pedir, reclamar. (Entrevista com Edinho, novembro de 2012)

Quem mora há mais de 20 anos, vê as diferenças do que era, do que tinha e do que tem. Não são grandes coisas porque as grandes o governo que tem que fazer, como calçada, iluminação, etc. A gente faz as coisas pequenas. Uns interpretam que são alguns moradores que pagam muito imposto e que isso é obrigação do governo, aí você vai conversar e convencer que se ajudar a fazer isso, a qualidade de vida melhora, seu patrimônio valoriza, a quadra fica mais bem cuidadinha. O retorno é rápido! Então com esse pouquinho que você quer contribuir, \$100,00 por prédio (...) há prós e contras nas quadras que tem sede, nem todas tem, você tem é mais uma casa para cuidar. (Entrevista com Dona Nancy fevereiro de 2013)

Como o trabalho do prefeito é de zelador da quadra, quando ele encontra problemas nas quadras, precisa ligar para algumas instituições para que possam fazer o serviço, como a poda das árvores e limpeza da área. Quando cheguei para entrevistar a Dona Nancy, ela estava ao telefone com um servidor da NOVACAP⁴ para solicitar o conserto de um cano que uma moradora tinha estourado sem querer por estar aguando as plantas. Uma situação semelhante ocorreu no decorrer da entrevista com o Marcel: alguns moradores vieram até ele para fazer

³ Departamento de Paisagismo e Jardinagem

⁴ NOVACAP - [Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil](#).

algumas reivindicações, como a poda das árvores e o conserto de algumas calçadas que estavam quebradas.

A prefeitura da 308 Sul conta com um morador do local, o senhor Carlos Alberto, que ajuda na conservação do laguinho que fica em frente ao bloco D. Segundo Edinho, Carlos Alberto é fundamental para a manutenção da quadra:

[A prefeitura] já funciona como um relógio, ela já funciona praticamente sozinha. Há os jardineiros e nós temos uma pessoa da prefeitura que faz um trabalho voluntário fantástico, que cuida do laguinho, dos peixes, cuida das árvores, dos jardins e que cuida, controla e organiza os horários dos jardineiros. (Entrevista com Edinho, novembro de 2012)

O trabalho da prefeitura é totalmente voluntário, são moradores dos prédios que tomam a iniciativa para que a quadra fique preservada.

Mas é preciso que tenha um suporte, um interesse. É um trabalho voluntário, que precisa ser valorizado por parte do governo porque sem querer você está ajudando ao governo. Porque você não tá fazendo isso no seu quintal ou sua casa, é a cidade. Se cada um toma conta daquele pedacinho, toma conta é da cidade. Não há fiscais melhores do que os prefeitos, das coisas que você vê fora do lugar, das coisas que não podem ser feitas, não tem. A gente só tem suporte comunitário, precisava ter o suporte do governo. Um interesse maior. (Entrevista com Dona Nancy fevereiro de 2013)

Entretanto há pouquíssimas pessoas que querem participar da vida pública:

O nível de interesse de participação das pessoas com causas coletivas está cada vez menor. Por quê? Criou-se o estigma, o pensamento, a prática da cultura brasileira dizendo o seguinte: “Eu pago, eu quero”; “Se eu estou pagando imposto eu quero que esteja tudo certo”; “Eu pago meu condomínio eu quero tudo certo”. Feito mágica. E você não participa, não acompanha, não opina, não ajuda. Só critica (...) Isso tudo serve para dizer que nós temos uma grande dificuldade de poder contar com trabalho voluntário e com a participação coletiva, para a gente poder resgatar o convívio social e poder melhorar as condições de moradia da nossa quadra. (Entrevista com Edinho, novembro de 2012)

O que gera nesses prefeitos desânimo pelo pouco reconhecimento conferido à prefeitura é a pouca participação dos outros moradores na resolução dos problemas que envolvem toda a comunidade. Também há pouca arrecadação para a prefeitura, pois alguns blocos não pagam a mensalidade, mesmo existindo um estatuto que assegura os fins e as ações da prefeitura. Com isso o prefeito fica com pouco dinheiro em caixa para arrumar alguma coisa, mesmo que seja pequena ou até ornamentar a quadra.

A arrecadação é muito pouca e existe muita resistência. Tem muita gente que não entende o trabalho, tem muita gente que acha uma grande besteira e tem outras que apoiam mesmo. Não é questão de ser fácil ou difícil, tem que admitir que as vezes cansa, porque é um trabalho prazeroso e gratificante, mas a maioria das pessoas não entendem e também falta recurso, falta estrutura, infelizmente a gente solicita um serviço para um órgão e ele demora três semanas para vir, tem que colocar muita

pressão sobre os caras. Aí eu mudei o meu curso, já ligo logo e já sou mais incisivo: “Isso é unidade de vizinhança 307 Sul, aqui é o centro da cidade, eu quero que vocês venham logo hoje” e o pessoal diz: “Tá bom, tá bom estamos indo”. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

Há também a associação dos trabalhos da prefeitura com questões políticas do Estado. O nome “prefeitura” faz com que os moradores relacionem as atividades dos prefeitos de quadra aos fins do governo.

Hoje em dia as pessoas já sabem que a prefeitura existe. Então depois de tanto tempo sem ter nada, a prefeitura estava totalmente abandonada, ninguém sabia mais quem era o prefeito, não tinham nada. Mas agora as pessoas sabem quem é o prefeito. Então quando eu ando pelas ruas as pessoas me abordam. Eu acho uma coisa interessante é que as pessoas esquecem que nosso trabalho é voluntário e nós não temos poder de polícia nem nada. Aí as pessoas nos cobram um posicionamento que é do governo. Para podar uma árvore, porque a calçada tá quebrada. Então eu não tenho poder para fazer. A gente pede para eles: vocês ligam para o 156 e peçam também. Eu pedindo é uma coisa, vai para lá e fica lá, agora se a comunidade ficar ligando, pedindo. O interessante é isso, as pessoas vêm cobrando da gente às vezes com raiva. Pera aí, eu não sou governador, eu não sou administrador de Brasília, eu não tenho poder de mandar os outros fazerem, quem dera se eu tivesse. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

A prefeitura da 308 Sul tenta estabelecer como sede o prédio dos papiloscopistas, que hoje está sem utilização, mas a ação ainda está em processo de licitação. A proposta seria dividir a sede com a prefeitura da 108 Sul. Enquanto isso não ocorre, a prefeitura da 107 Sul é a única que possui sede definitiva, tendo sido construída pelo governo através de um sorteio.

Começou com o movimento da quadra “Nossa quadra, nossa vida” do primeiro administrador Aroldo Meira. Como foi novidade, houve reunião aqui na escolinha com 90 pessoas. Mas depois as coisas acostumam, eu não deixei de tomar conta. A prefeitura tem 19 anos (...) Houve o sorteio e as quadras sorteadas foram cinco da Asa Sul. Paulo Octávio fez parceria com a administração de Brasília. E a 107 saiu para a construção, então houve entrega, tenho até a placa ali. (Entrevista com Dona Nancy fevereiro de 2013)



Foto 16: Sede da prefeitura da 107 Sul
Larissa Vasconcelos (2013)

Pelo estatuto das prefeituras, as eleições são realizadas periodicamente. Porém, há alguns problemas, pois o quórum geralmente é muito pequeno e não há candidatos à prefeitura. Dessa forma, alguns desses prefeitos ficam durante anos no cargo, como no caso da Dona Nancy que está na prefeitura da 107 Sul há mais de 14 anos:

Fui escolhida a ser prefeita e todas as vezes que faço reunião não tem candidato. Então você vai ficando, vai ficando. Mas não é vitalício. Há reunião, distribuo edital em todos os prédios, convoco. Vem pouca gente, bate palmas “a senhora tem que ficar”. Não é assim não. É tão ruim que ninguém quer? (Entrevista com Dona Nancy fevereiro de 2013)

3.2 – Eleição da 308 Sul

Tive a oportunidade de participar da eleição da prefeitura da 308 Sul, que ocorreu no dia 17 de abril de 2013 às 20:00 no Jardim de Infância. Havia pouquíssimas pessoas, cerca de 15, mesmo havendo chamados convocando a população para participar das eleições. Percebi que a maioria das pessoas presentes na eleição eram síndicos, membros de outra gestão da prefeitura ou estavam concorrendo ao cargo.

O prefeito Edinho começou as eleições falando sobre o que foi realizado durante os dois anos da prefeitura. Alguns dos benefícios de sua gestão foi a colocação de faixas de pedestres em torno da quadra, a troca dos horários dos caminhões de lixo, que antes eram durante a madrugada e acordavam as pessoas, e a instalação de luzes de LED. O prefeito Edinho também reconheceu o trabalho do Senhor Carlos Alberto com o laguinho e como ele é fundamental para a manutenção da quadra.

Um dos problemas encontrados foi o fechamento do balancete mensal da prefeitura, que demora mais de três meses para ser realizado. Para os moradores, deveria haver uma maneira mais rápida de se disponibilizar o balancete e colocá-lo no site da prefeitura⁵, para ficar mais acessível à população.

Na eleição houve apenas uma chapa que se candidatou para a prefeitura. Essa chapa era composta pelo então prefeito Edinho (morador do bloco E) e seu vice-prefeito Robertinho (morador do bloco A). Foi perguntado se algum dos presentes gostaria de se candidatar ao cargo, mas ninguém se manifestou. Algumas pessoas pediram à Solange, ex-prefeita, que se candidatasse novamente, mas ela recusou por viajar muito e não estar mais presente na

⁵ Site da prefeitura: <http://www.prefeitura308Sul.org.br/>

quadra. Falou que já havia trabalhado durante 15 anos para a prefeitura e que agora outra pessoa deveria ocupar esse cargo. A chapa apresentou algumas propostas para melhoria da quadra, entre elas temos:

- a. A organização da sede da prefeitura;
- b. Melhoraria da iluminação da quadra;
- c. Fazer com que os porteiros dos blocos se comuniquem via rádio caso haja algum assalto;
- d. Colocar uma guarita. Edinho reforçou a ideia de que isso não iria impedir ninguém de entrar na quadra, mas inibiria os ladrões e moradores de rua;
- e. Estacionamento para ônibus, porque eles atrapalham a comunidade pelo barulho do motor. Há ainda os ônibus de turismo, que atrapalham o trânsito;
- f. Realizar compras coletivas junto com as outras prefeituras para que saia mais barato;
- g. Criar uma associação com os lojistas da 308 Sul para que eles possam ter mais diálogo com a prefeitura.

Apresentados esses pontos, um senhor perguntou se alguém era contra a continuidade da chapa e, como ninguém se manifestou, pediu que a votação fosse realizada por meio de uma aclamação com salva de palmas e aceitação da gestão. Um dos síndicos parabenizou o trabalho da prefeitura pelo esforço e dedicação e disse que a chapa não tem nada de errado, pois está bem constituída. Outro síndico desejou sucesso à nova gestão e disse que eles “são as pessoas certas, no lugar certo”.

Uma das preocupações dessas pessoas é a dificuldade em engajar mais pessoas para a prefeitura e para o trabalho voluntário. Para as pessoas presentes na eleição, isso só irá ocorrer caso haja credibilidade em aspectos como comunicação e transparência das contas. Outro grande problema da quadra é a questão da segurança pública, que será tratada mais adiante.

Foi levantada a questão de que manter o laguinho é muito caro e o trabalho é todo realizado pelo Sr. Carlos Alberto. Edinho levantou a possibilidade de secar o laguinho, mas todos os que estavam presentes na eleição foram contra. Dona Solange alegou que o laguinho é um bem público e, como a área é tombada, ele não poderia ser retirado, já que não podem ser alteradas as características iniciais.

Outra questão foi a reforma que o GDF está fazendo em Brasília e que iria passar por dentro da 308 Sul. Em reunião com os administradores, o Sr. Robertinho, vice-prefeito, foi contra a ciclovia, porque ela passa em volta da Igrejinha e muitas calçadas iriam ser quebradas para a sua construção, o que ia de encontro à questão do tombamento da quadra. Foi nesse momento que Edinho falou que o tombamento foi realizado no governo Arruda e que é um tombamento distrital. Caso o novo governador queira extingui-lo, ele pode. Algumas pessoas comentaram que iam reivindicar e que não deixariam isso ocorrer de forma nenhuma.

Podemos observar que no decorrer da reunião, o prefeito Edinho e os participantes remetiam-se à questão da importância do tombamento da quadra para manter determinadas características preservadas, como o laguinho. O tombamento é também utilizado como instrumento para inviabilizar algumas reformas que o GDF está realizando e que contrariam alguns moradores, como a ciclovia. No entanto, o tombamento é também um empecilho para trazer mais segurança para quadra, pois não se pode colocar uma guarita na entrada da superquadra sem infringir as regras do tombamento da UNESCO, e não só o distrital. Também foi possível observar que para o prefeito Edinho o tombamento é uma questão política e que, portanto, fica à mercê do governador em questão.

3.3 – Percepções acerca do patrimônio

Sinoti (2005) relata que os seus entrevistados sentiam um certo desconforto quando falavam sobre o tema do patrimônio por não saberem muito bem sobre ele e suas limitações. Com os meus entrevistados foi completamente diferente, já que todos sabiam do tombamento de Brasília e principalmente do decreto que dispõe sobre o tombamento da UV-1.

Esse tombamento tem que ser analisado com muito cuidado. É o decreto 30.303 de 29 de abril 2009, feito pelo ex-governador Arruda. Esse decreto, dizem que foi uma pressão da Associação Atlética para tombar a UV-1 e de fato assegurar que o clube permaneça ali, porque estava acontecendo uma pressão muito grande, principalmente por parte da NOVACAP para tomar o clube de volta para o Estado, leiloar e fazer um shopping. Tudo aqui é para fazer shopping, hotel, igreja. A pressão é grande, cara. Todo dia era pressão. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

Isso foi muito bom. Porque além da cidade ser tombada, teve essas quatro quadras. São as únicas concluídas pelo traçado de Lúcio Costa, que ele queria que de quatro em quatro fosse assim. Isso foi bom porque teve aquele interesse do início, a quadra é tombada vamos cuidar disso, limpar, e depois acalma (...) Isso veio até como um

exemplo, que depois se possa fazer isso com as demais quadras para que elas sejam completas como as quatro são. (Entrevista com Dona Nancy, fevereiro de 2013)

O tombamento da quadra ocorreu em 2009. A Unidade de Vizinhança do quadrilátero da 107, 307, 108 e 308 foi tombado pelo governo do GDF. Em função disso, temos uma limitação muito grande para fazer obras de melhoria e benfeitoria na infraestrutura para segurança, acessibilidade e infraestrutura dos equipamentos. Porém o IPHAN extrapola as suas atribuições quando a gente sabe que esse tombamento é um tombamento político que o GDF fez. (Entrevista com Edinho novembro de 2012)

O tombamento do quadrilátero aqui é de 2009. Em nosso novo estatuto consta como obrigatório defender o tombamento. A gente coloca porque alguns moradores são contra. Eles dizem aquele famoso discurso do GDF do setor produtivo. Quem é o setor produtivo? O setor produtivo do GDF são os empresários do setor imobiliário (...) Quem mora aqui, mora em um objeto de arte (...) A grande vantagem do tombamento é que agora são os quatro prefeitos que estão reivindicando melhorias para a UV-1. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

Pelo fato do tombamento da Unidade de Vizinhança ser exclusivamente nas quadras 107, 108, 307 e 308 Sul, houve vários documentos trocados posteriormente entre os prefeitos e o IPHAN para esclarecer algumas questões sobre o tombamento. Dessa forma, todos os prefeitos têm consciência do tombamento e também dos benefícios e limitações que ele trouxe para a sua quadra.

Sinoti (2005) mostra que os seus entrevistados acreditavam que as estruturas tombadas não podem ser modificadas e que a finalidade do tombamento é não permitir alterações no projeto original de Brasília. Na concepção dos prefeitos que entrevistei, o tombamento permite mexer em alguns aspectos. O que não pode é mudar a estrutura, como aumentar o gabarito dos prédios.

O tombamento é paisagístico, ele é arquitetônico e paisagístico. Ele não é estrutural, por exemplo, as calçadas de concreto com as seivas e pedras feitas há muitos anos atrás. Se a gente tiver um projetinho legal, contratar um escritório e chegar ao IPHAN para fazer calçada de pedra portuguesa, a gente pode. Entende? No mesmo tamanho, desde que mantenha o mesmo tamanho. Quer mudar a estrutura das calçadas? Pode mudar. Um dia essas calçadas vão ser revitalizadas, então assim um decreto desse não pode permitir que a sociedade comece a pensar de modo esquizofrênico. Quer dizer que a quadra foi tombada então não pode nem mexer na calçada? Não é assim, as calçadas vão precisar ser revitalizadas um dia, então assim quando elas forem revitalizadas, elas nunca mais serão as mesmas, não dá para fazer a mesma. O que fazer então? Vamos melhorar ela ou vamos ficar nessa de tombamento e não mexer mais? A dúvida que o pessoal tem é essa. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

Mas para alguns prefeitos, o posicionamento do IPHAN faz com que a UV-1 acabe engessada. As posições do IPHAN acabam prejudicando a vida dos moradores, pois eles querem revitalizar os prédios e muitas vezes são impedidos.

O IPHAN vai estar sempre com o intuito de não mexer na estrutura, à despeito da necessidade de segurança, acessibilidade e até mesmo de saúde pública, de estética e de renovação da infraestrutura. Veja que as nossas janelas são todas feitas de ferro, toda a fachada é de ferro. Quando chove, a janela lá de cima, o vento faz com que ela feche de uma vez e o vidro caia lá em baixo quebre (...) Se você quer trocar a janela, pelo mesmo formato, mesmo desenho, a mesma cor, só que, ao invés de ser madeira ou de ferro, trocar por alumínio o IPHAN não deixa. Em tese, em princípio, não deixa. (Entrevista com Edinho, novembro de 2012)

Os prefeitos mantêm um contato grande com alguns órgãos como a NOVACAP, CEB⁶ e CAESB⁷, mas falta um diálogo maior com o IPHAN.

Na verdade o que a gente sente falta no IPHAN é que ele venha conversar com a gente. Às vezes, até numa imposição de falar o que pode e o que não pode. Então, tem que vir conversar com a comunidade, explicar, fazer um trabalho de formiguinha. Colocar na cabecinha das pessoas: “você aqui têm que preservar o bloco”. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

Depois do tombamento, o IPHAN se fez mais presente na preservação do quadrilátero.

Nós sabíamos o que podia, hoje a gente sabe o que não pode. Então o tombamento veio de 2009 para cá. Algumas instituições, depois de 88, com a Constituição Federal, estabilizaram muito como o Ministério Público, como a Promotoria da Ordem Pública, e tem até agora a Promotoria da Ordem Urbana, que eu nem sabia que existia (...) Então o IPHAN surgiu mais forte há três anos, quatro anos, quando o tombamento veio, e ele está fazendo cumprir as regras desse tombamento. Se de certa forma é mais adequada ou menos adequada. Mas como era antes não tinha essa pressão toda, cada um fazia o que queria. (Entrevista com Edinho, novembro de 2012)

Como antes o IPHAN não se fazia muito presente, ocorreram várias reformas nas fachadas dos blocos e geralmente não havia muitas questões entre o IPHAN e os síndicos. Com o tombamento, o IPHAN passou a fiscalizar mais intensamente as obras que estão ocorrendo e definir o que é e o que não é permitido fazer. Essa questão gera dúvidas entre moradores e síndicos que querem realizar obras de reforma em seus blocos. Há um impasse entre os moradores e o IPHAN, pois os prédios precisam de reformas para reparar danos causados pela ação do tempo e as obras são embargadas pelo IPHAN por não existirem atualmente os mesmos materiais ou por serem extremamente caros. A solução seria trocar os materiais por modelos novos, mas o IPHAN muitas vezes não permite. Como no caso a seguir:

Na 308 Sul, o síndico queria revitalizar o prédio e ele já era pastilhado, as pastilhas bem pequenininhas dos anos 50. A fábrica não fabrica mais as pastilhinhas. Aí ele foi atrás do projeto e o IPHAN falou: “Não! Essa quadra é tombada, a quadra modelo é esse prédio aí e não pode ser revitalizado”. Aí o cara falou: “Você está

⁶ CEB – Companhia Energética de Brasília

⁷ CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

maluco, cara. Tá caindo isso daqui. Pode cair na cabeça de um, machucar, quebrar carro”. Aí começa o debate, até porque muitos técnicos do IPHAN não têm muita noção, muita gente não estuda. A gente tem que admitir isso, muita gente não sabe direito. Aí tem que ir atrás. Conversa com o arquiteto, conversa com o urbanista, conversa com os professores e vai entendendo a dinâmica. (...) O que não pode fazer é montar um prédio de mais um andar, o que não pode fazer é trocar a dinâmica das esquadrias e por aí vai. (Entrevista com Marcel fevereiro de 2013)

Os entrevistados por Sinoti (2005), assim como os prefeitos que entrevistei, sentem que são pouco informados pelo governo sobre as questões da preservação da cidade. Eles também acreditam ser necessário o diálogo com os órgãos responsáveis pela preservação da cidade e ter uma atuação mais efetiva do poder público com ações informativas. Eles possuem a esperança de que com a nova diretoria do IPHAN haja mais diálogo entre o órgão e os prefeitos.

A nova diretoria do IPHAN precisa ter um posicionamento mais firme e ter um olhar mais cuidadoso. O antigo não se impunha e deixava correr as coisas. O IPHAN não engessa. Todo o projeto de preservação é melhor para a UV-1. O que falta é de um diálogo do IPHAN com a comunidade para falar o que pode e que não poder fazer na UV-1. Quem mora na quadra, mora em um objeto de arte. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

Assim, eles identificam o Governo como responsável pela preservação do patrimônio, mas para alguns prefeitos poderia também haver uma ação de preservação privada:

Uma grande sacada que a gente está tendo é criar uma parceria com a iniciativa privada para cuidar desses espaços públicos, ou seja, se a CEB não vem iluminar, se não há segurança, se não pode secar então eu quero uma empresa privada que possa melhorar a iluminação; que possa cuidar dos gramados, dos jardins; que possa valorizar o espaço público, que aí você incomoda quem quer chegar lá e ficar escondidinho (...) e aí as empresas privadas teriam em troca um marketing, com uma plaquinha pequena “a empresa x, y, z adotou essa praça, esse parque, esse banco da 308 Sul para poder cuidar, manter, preservar o projeto original”. (Entrevista com Edinho, novembro de 2012)

Os prefeitos têm a consciência de que o tombamento não irá engessar as quadras, mas sim trazer benefícios, como mostrado nas falas a seguir:

Mas convenhamos não dá para ser cabeça dura assim. Não é assim, engessar a cidade. Essa palavra engessar é muito usada por políticos; tem que ter muito cuidado, porque o político usa isso como demagogia nos discursos políticos dele para mostrar que tem que movimentar, tem que parar com esse conceito antigo. Ele faz isso para ganhar voto. (...) O tombamento não engessa a cidade! Você não está proibido de evoluir, desenvolver no lugar tombado. Muito pelo contrário, se a sociedade que estiver vivendo nele for esperta e entrar em contato com o Estado, e o Estado for esperto e conseguir desenvolver um projeto legal que não vá modificar as estruturas tombadas, podem sair coisas lindas. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

Então as pessoas falam: engessaram a quadra. Não, não é que engessaram. Que você não pode mexer em mais nada. Então, tipo assim, as pessoas pensam que nós

estamos presos e que vão desvalorizar nosso imóvel. Eu acredito que não vai, que vai valorizar, porque aquela concepção original, nas outras quadras já não tem mais. Isso se a lei fosse respeitada pelo GDF, o que não é. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

3.4 – Desafios da prefeitura

A prefeitura possui vários desafios. Como visto nas eleições, um grande problema enfrentado por ela é a falta de receita; há pouquíssimos blocos que contribuem e quando há contribuição, ela é pouca e não dá para fazer quase nada para melhorar a quadra. Algumas vezes, os prefeitos precisam tirar do próprio bolso o dinheiro para colocar na prefeitura, pois a arrecadação é muito pouca.

(A sede) É uma casa que não é brincadeira, porque precisa de recurso pra isso. Aqui você precisa ter débito na Caixa Econômica para pagar água, luz, telefone e o que surge, que é pintura, é uma outra casa. O enfeite de natal comprado, pago em 4 ou 5 vezes. Entendeu? Com uns R\$1100,00 o que você acha. Dou cesta básica para os três: o gari e os dois jardineiros. Eu tenho um bom relacionamento. Lido com a NOVACAP esse tempo todo. (Entrevista com Dona Nancy, fevereiro de 2013)

É um trabalho totalmente voluntário. Eu gasto do meu bolso até, eu coloco a impressora do meu trabalho para funcionar para a prefeitura. É o meu telefone, é o meu celular, é o meu funcionário do escritório, então tudo é do meu bolso que acabo pagando, infelizmente. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

No que diz respeito ao comércio local, sua existência é avaliada como uma das facilidades do Plano Piloto em função da proximidade com as residências, porém há uma ambivalência quanto à existência de estabelecimentos comerciais como bares, restaurantes e boates, em função de exercerem forte atratividade para as pessoas, o que acaba causando alguns transtornos na área.

Se você olhar o comércio... ai, nós sofremos demais com o comércio, eles deixam certas utilidades funcionarem que trazem um público que não é da nossa quadra. Tinha uma boate aqui em frente. Isso é um inferno aqui pra gente. O som alto, tinha uma boate, essas quadras em volta não tem garagem subterrâneas. Então, de noite você via de tudo, até o que Deus duvida. O povo aqui andava pela quadra e fazia bagunça (...) Nós não somos contra a atividade econômica. A gente até pede para o GDF dar para eles um local para as atividades. Que seja compatível com eles, que tenha música, para eles terem 300 pessoas no local. Aqui é uma área residencial, não cabe, não comporta isso. Tem a orla do Lago, tem diversos locais para colocar isso, não é aqui. E o próprio GDF fala que eles não podem ficar aqui. Ano passado, o Ministério Público fez uma recomendação para derrubar toda a invasão de áreas públicas. O Ministério Público notificou a administração de Brasília, a AGEFIS e os outros órgãos pra promover a desocupação das áreas públicas e fizesse valer o decreto de tombamento. Não foi a comunidade que pediu. Nós fomos surpreendidos por isso. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

Só que temos um problema também com o estabelecimento “Os Simpsons”, que baixou o preço da cerveja, e os clientes deles são os usuários de drogas que são vendidas. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

É possível notar que os prefeitos não são contra o comércio local; o problema maior está nos bares localizados nas quadras, porque eles trazem um público grande e que excede a capacidade do espaço. Há também a questão da música alta, que atrapalha os blocos mais próximos do comércio. Os prefeitos, em sua função de fiscalizar, procuram entrar em acordo com o dono do estabelecimento que estiver trazendo algum problema para a comunidade, mas nem sempre é possível ter um diálogo pacífico, chegando a casos extremos de ameaças de morte entre um dono de estabelecimento e um prefeito. Isso gera um grande problema pessoal, pois em nome da comunidade e da sua própria família, o prefeito não pode viver sossegado por causa das ameaças e pensa até em sair da quadra na qual viveu durante anos.

Há pouco estacionamento para atender à demanda do comércio local. O acesso livre às superquadras e a seus estacionamentos internos geram incômodo aos moradores. As reclamações mais frequentes são que as pessoas de fora da quadra ocupam as vagas dos moradores ou estacionam de forma irregular.

Carro não tem onde mais colocar, uns por falta de respeito em cima de calçada, mas há outros que não tem. Eu aqui, às vezes, quero advogar a causa dos moradores como uma vez fiz buzinando, buzinando porque sexta-feira fica pior que nos outros dias, entendeu? Fui no DETRAN, aí veio a motozinha e multou umas 20 ou 24 pessoas, mas aí multou os de fora e os que moram. Os que moram tinham que botar ali porque não tinha lugar para colocar. Então fiquei naquela época muito sofrida porque me procuraram dizendo: “Dona Nancy, me multaram”. Eu digo: “Eu não vou mais fazer isso”. Então o problema físico, o espaço físico, não tem onde colocar, não tem (...) Porque tem restaurante, é aquilo, o comércio foi feito para a quadra, não era para ter restaurante, perdeu a finalidade. Quem sai para trabalhar, quando volta não tem mais vaga. Então o problema é diário, de vaga, de carro parando fora do lugar. Então fico muito triste pelo seguinte: eu vi como foi o começo e não imaginava que chegasse a esse ponto. (Entrevista com Dona Nancy, fevereiro de 2013)

Outra questão apresentada é que hoje há muitos moradores idosos nessas quadras. A Asa Sul é um dos locais de Brasília que possuem a população mais idosa. Isso é um desafio para os prefeitos, pois têm de colocar uma infraestrutura adequada para pessoas dessa idade. Há também a questão das calçadas quebradas, que acabam provocando diversos acidentes com os idosos. Muitas pessoas fazem reclamações das calçadas direto com os prefeitos, mas eles não têm poder para realizar o conserto, o serviço pertence à NOVACAP.

3.5 – Violência urbana

Com certeza o maior problema urbano enfrentado tanto pelos prefeitos quanto pelos moradores é a questão da violência, além dos moradores de rua na quadra. Em todas as entrevistas, foi percebida fortemente a tensão existente sobre o assunto.

Uma das grandes questões é que, com o fim da cracolândia⁸, as pessoas que estavam naquele espaço se espalharam por Brasília e encontraram nas quadras um lugar propício para manter o vício.

A relação com morador de rua é a pior possível, né cara? Muita gente tem medo, muita gente reluta, outros não estão nem aí, mas ninguém para pra entender a questão social envolvida. Não é só higienizar nossa cidade, não é só limpar. É toda uma questão social muito maior. Tudo começa com a falta de vontade política dos moradores, entende? Tudo isso começa por causa de gente que fica vendo televisão em casa e que não tã nem aí para resolver o problema de ninguém (...) Pessoal só quer trabalhar, comprar comidinha, voltar para casa e ver televisão. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

Os prefeitos apontaram alguns problemas que fazem com que os moradores de rua fiquem na UV-1. São eles:

- a. As pessoas da Igrejinha dão esmolas para essas pessoas;
- b. Existem dois supermercados que ficam abertos 24 horas por dia;
- c. O clube de vizinhança, que traz os flanelinhas e os lavadores de carro;
- d. Os espaços vazios que existem na quadras;

Os prefeitos tentam modificar a situação de várias formas, como mostrado nas eleições, quando foi sugerido que colocassem uma guarita para proteger a entrada da superquadra. Além disso, os moradores, por conta própria, realizam algumas ações para diminuir a criminalidade. Marcel comentou que houve uma operação conjunta com a comunidade para que alguns casos fossem diminuídos.

Foi um trabalho muito legal em que todo mundo fez um pouquinho. Um grupo de moradores do bloco D foi atrás da Polícia Civil, Militar e descobriu um grupo, um esquadrão especial que só age nesses casos, para dar uma dura rápida e tirar o pessoal. Depois tinha uma agente de Polícia Civil lá do bloco A, a gente passou umas placas de uns carros e umas motos para ela. Ela que investigou e chegou até o cara. O cara era traficante que fazia boca aqui. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

A questão da violência urbana é um tema muito recorrente na vida da população brasiliense, a ponto de ocorrer uma reunião entre a comunidade e os órgãos responsáveis pela

⁸ Nome dado ao espaço do centro da cidade em que possuía um índice grande de pessoas usuárias de drogas

segurança pública para esclarecer algumas questões. Descreverei o evento da forma em que o documentei:

Fui convidada pelo prefeito Marcel para participar da primeira reunião Comunitária Conjunta produzida pelos conselhos comunitários da Asa Sul e da Asa Norte. A reunião foi realizada no dia 18 de março de 2013, com o horário de início previsto para as 19:30, no Clube de Vizinhança. Estavam presentes os representantes do Conselho de Segurança de Brasília (CONSEG) e autoridades da área de Segurança Pública do DF para esclarecer sobre os programas "ASAS" e "AÇÃO PELA VIDA", recentemente implementados pelo GDF, dentre outros assuntos relacionados a esta área de segurança pública.

Cheguei às 19:30 na entrada do Clube de Vizinhança. Como não sabia onde ficava o salão superior, perguntei a dois homens que estavam na entrada do clube. Um dos rapazes brincou comigo: "O que uma pessoa tão nova está fazendo aqui na reunião comunitária? Tá representando os seus pais?", enquanto o outro rapaz me informava onde o salão se localizava. Era no primeiro prédio do clube, no primeiro andar. Enquanto eu me deslocava para lá, notei que as atividades noturnas do clube aconteciam normalmente, com muitas pessoas fazendo aula de danças. No térreo, onde iria ocorrer a reunião, estavam jovens aprendendo forró.

Sentei-me perto do Marcel e de Seu Sandoval. Durante uma conversa entre os prefeitos, Dona Nancy chegou brincando com o Marcel, dizendo que ele estava fora do testamento dela por ter sumido por um tempo. Ela também brincou dizendo que o: "O gato parou de miar". Percebendo que Marcel e eu não tínhamos entendido bem a expressão, ela explicou que era sobre a saída do bar Miau que Mia da 108 Sul. É possível perceber que os prefeitos possuem uma forte relação de amizade entre eles.

A reunião começou por volta das 20:00. Estava lotada, todo mundo ficou admirado com a quantidade de pessoas que tinha. A maioria das pessoas tinham entre 30 e 50 anos, acredito que eu tenha sido a pessoa mais nova a participar da reunião. Marcel comentou que a maioria dos participantes são prefeitos ou ex-prefeitos.

A dinâmica da reunião ocorreu da seguinte forma: os participantes da mesa tinham até 8 minutos para falar sobre o seu departamento. Eram três participantes da mesa falando antes de abrir a rodada aos membros da comunidade, que tinham 3 minutos para falar. Depois

que algumas pessoas falassem, a palavra voltava para a mesa, que, teoricamente, iria responder à pergunta feita.

O representante da Polícia Militar relatou que um dos maiores problemas que Brasília enfrentava era a Cracolândia e que houve uma operação policial que conseguiu retirar essas pessoas desse local de concentração. Só que isso acarretou o enorme problema que afeta os moradores das superquadras do Plano Piloto, que foi a saída desses usuários do centro da cidade para as extremidades de Brasília.

Ele deixou bastante claro para a comunidade que não é problema da polícia quando uma pessoa dorme embaixo do prédio, pois os moradores de ruas, como os cidadãos, tem garantido pela lei o direito de ir e vir. O máximo que a polícia pode fazer é trabalhar com a inquietação, ou seja, dispensar os moradores de rua, mas para eles é como “enxugar gelo”, pois a polícia os expulsa e logo depois eles voltam.

A polícia também pede a ajuda dos moradores para não oferecerem esmola, através da campanha “Não dê esmola, dê cidadania”. A representante pediu para os moradores “terem cuidado com a sua generosidade”, pois a generosidade traz problemas para a segurança pública. Os policiais também pedem para que os cidadãos se previnam também, dando dicas como não andar com muito dinheiro na bolsa e sair rapidamente do carro quando for estacionar.

Um dos pontos mais trabalhados por todos da mesa foi a questão de que o trabalho informal, como os realizados por flanelinhas, trazem insegurança para a população, pois muitas vezes eles são os intermediadores no tráfico de drogas. Um flanelinha recebe em média R\$100,00 por dia, mas por conhecer a comunidade e por ter maior contato com as pessoas, são facilmente intermediadores de drogas. Outro esclarecimento feito é que não existe sequestro relâmpago, isso foi apenas um nome dado pela imprensa para se referir ao furto de carros. Como os carros de hoje são cheios de tecnologia, é preciso pegar o motorista para ter acesso a eles.

O programa “Ação pela Vida” surgiu com o intuito de aperfeiçoar as ações da segurança pública do DF. Para tanto, possui como missão consolidar a integração entre os órgãos como a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito do Distrito Federal. A atuação tem como suporte o sistema de dados estatísticos criminais e o

uso de tecnologias da informação, como o Sistema Polaris da polícia civil do Distrito Federal, que acompanha o registro de ocorrências policiais no DF em tempo real.

O representante do 1º Batalhão da Asa Sul começou seu discurso dizendo: “Meu filho não pode brincar de skate ou jogar bola como fazíamos na infância”. Isso mostra que a falta de segurança pública também afeta a família dele, assim como a todos que estavam na reunião. Ele ainda acrescentou que ficou muito feliz em ver a participação da comunidade nessa reunião.

Para os representantes, um dos grandes problemas é que a área é muito extensa para o policiamento que possui. “Colocar o policiamento no local certo é o nosso desafio”. Um problema que surge quando ocorre algum show ou alguma passeata na Esplanada é que os policiais que deveriam estar nas regiões das Asas Sul e Norte acabam sendo deslocados para o centro da capital, o que deixa as outras regiões vulneráveis.

Para o comandante da Asa Norte, a primeira ação que a polícia tem de fazer é mapear as áreas. O programa “Ação pela Vida” conseguiu prender os traficantes e diminuir as ocorrências criminais a quase zero no Varjão. Isso ocorreu porque a população denunciou-os e apoiou esse programa, que agora se estende para todo o DF.

A segurança pública é um dever de todos e a parceria com outros órgãos é muito importante para aprimorá-la. Jean foi o representante da Administração de Brasília. Para ele, à medida em que a criminalidade cresce e fica mais especializada, o governo também tem que se tornar. A “Ação pela Vida” é uma maneira do governo de se especializar na segurança.

É preciso que haja comunicação entre a administração e a comunidade, para sistematizar os problemas. Uma forma de diálogo é através do programa “Administração vai à quadra”. Além dos moradores das quadras, é preciso ter um diálogo com a juventude.

Para a polícia, existem alguns problemas constitucionais, como as crianças e adolescentes que cometem crimes e que, por não serem punidos corretamente, acabam voltando para as ruas, como é o caso do menino de 17 anos que já teve mais de 10 passagens pela polícia por diversos crimes e sempre fica livre.

A ordem de fala dos moradores era estabelecida, a princípio, de forma voluntária. Bastava levantar a mão e esperar sua vez. Só que houve muita gente querendo falar ao mesmo tempo, então foi preciso que a mesa recolhesse os nomes das pessoas em uma lista para

ordenar as falas. A pessoa chamada ia à frente da mesa, falava o seu nome, a quadra em que residia e fazia sua pergunta ou fazia sua reivindicação. Cada membro tinha apenas três minutos para falar.

O discurso dos moradores girava em torno dos seguintes temas: o medo de sair de casa devido à falta de segurança nas ruas, a falta de atuação do governo e a falta de policiamento nas quadras. Alguns moradores exigiram um policiamento mais proativo. Algumas das causas apontadas para a insegurança foram a falta assistência social, de educação e a corrupção.

Os moradores agiam da seguinte forma: quando o discurso era favorável aos interesses deles, todos aplaudiam, aprovando. Quando o tempo acabava e a pessoa ainda não havia concluído sua fala, apesar de ter sido estabelecido pela mesa que a pessoa deveria encerrar seu discurso, os presentes protestavam dizendo: “Deixem a população falar”. Já se a comunidade não aprovasse o discurso da pessoa que estava falando no momento, eles falavam: “Tem mais gente que quer falar, seu tempo já acabou”.

Houve um problema para ouvir alguns moradores por conta da falta do microfone. A plateia gritava pedindo para que falassem mais alto e muitas vezes não entendiam o que estava sendo dito. Alguns moradores chegaram a se irritar, como aconteceu com um homem que estava à frente e falava baixo; um dos moradores gritou para ele dizendo: “Quer que eu duble você? Fala mais alto”.

É possível perceber pelas falas dos representantes que a polícia possui várias ações para trazer mais segurança para a população, mas que é preciso que a população também se proteja. Foi esclarecido também que a polícia não possui o direito de tirar os moradores de rua das quadras, porque eles possuem o direito constitucional de ir e vir.

A população nitidamente não está de acordo com o que a polícia faz. A comunidade se sente desprotegida e acredita que não tem a obrigação de cuidar da própria segurança, já que paga impostos para que a polícia cumpra seu trabalho. Todos ficaram muito indignados com a questão das crianças e adolescentes, pois acreditam que eles não deveriam ser presos e soltos quase imediatamente, já que são eles os principais causadores da violência. Os polícias também concordam com isso, mas, por ter sido estabelecido pelo Código Penal, não se pode fazer nada a respeito.

3.6 – Perspectiva para o futuro

Os prefeitos tem uma visão pessimista de como Brasília estará daqui a mais 50 anos. Eles acreditam que a cidade ficará descaracterizada e que a violência urbana será muito maior. Acreditam até que é possível que se quebre o tombamento de Brasília, para que se possa construir mais andares e mais prédios ao longo do Plano Piloto.

Daqui a 50 anos, se não tiver um grupo de organizadores moradores que vestem a camisa da cidade, que se preocupam, que vão atrás, que debatem, que levantem faixinha, que entrem com ação do Ministério Público... Se não tiver esses grupos atuantes, vai acontecer uma lei ainda que vai permitir que se aumente, que se quebre o gabarito de Brasília e se construam quantos andares quiserem, 20, 30 andares. Eu imagino ainda que o Lago vai secar, é previsão pessimista, mas infelizmente pelo consumo de água que temos... É inaceitável. O Lago vai secar um dia. E outra, se não cavar a cidade, se não fizer uma cidade para baixo, se não fizer vias para baixo. A cidade não vai parar de tanto carros. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

Infelizmente, eu espero não estar morando aqui daqui a 20 anos, porque vai estar muito pior. Eu coloco que em Brasília daqui a 20 anos, no nosso trânsito, você não vai mais andar de carro. Não sei se por fazer parte do conselho comunitário e da prefeitura, a gente acessa dados de estatísticas de violência muito grande. Hoje, se eu sair agora para ir ao comércio, eu não vou com a minha carteira, eu não vou de relógio e eu não levo o meu celular. E isso não é exclusividade da 108 Sul. Eu falo isso para algumas pessoas e elas acham que estou exagerando, não estou. Nós temos dados estatísticos da coisa. (...) Eu falo, hoje as pessoas falam muito do Rio (de Janeiro) e São Paulo, eu digo que Brasília tá indo para uma coisa pior porque a nossa população, e isso é uma coisa que eu vejo, nem faixa de pedestre estão mais respeitando. Tá chegando a um ponto de desmoralização do Estado, do próprio policial, que as pessoas não estão nem respeitando mais o cara. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

Apesar desses desafios e pessimismos que existem, há a percepção de que na área do Plano Piloto é possível ter uma qualidade de vida que inexiste em outras cidades:

A UV-1 é uma concepção que... cara... eu pago pau, tiro o chapéu, até hoje quem dera se a gente tivesse a UV 2, 3, 4... A qualidade de vida em Brasília seria muito melhor. Brasília seria uma referência muito maior do que ela é (...) Eu acho até que se tivesse outras UVs, talvez os próprios moradores criassem mais vontade de batalhar pela coisa pública. (Entrevista com Marcel, fevereiro de 2013)

Esses prefeitos relatam que por amarem Brasília, lutam e querem que a cidade seja preservada e cuidada. E a atuação do prefeito é essencial para preservar a qualidade de vida da comunidade.

Sou nascido aqui. Adoro a cidade, por isso que brigo por ela. Se alguém fala mal da minha cidade, eu fico mordido. Não suporto quando a gente vai para fora, as pessoas associam que tudo que é ruim dos políticos à cidade. Aí eu falo: pera aí, cara, existe uma população que não tem nada a ver com isso; se bem que a gente não pode falar mais nada que os nossos políticos estão no mesmo sentido, vocês que mandam aquelas coisas para lá, nós somente hospedamos eles, mas as pessoas adoram falar mal de Brasília. (Entrevista com Seu Sandoval, janeiro de 2013)

É possível identificar que os prefeitos são como fiscalizadores das quadras, que trabalham para manter o local limpo e organizado. Para os prefeitos, o tombamento é visto como algo bom, pois permite que a concepção de Unidade de Vizinhança permaneça preservada. Mas há a reclamação de que falta informações por parte do governo para os moradores das quadras, o que atrapalha na própria preservação do espaço urbano. Também há o pouco reconhecimento da comunidade local em relação à prefeitura. Apesar disso, para os prefeitos, por mais que haja desafios, é bastante prazeroso ver as mudanças e a valorização que o trabalho da prefeitura faz, beneficiando toda a comunidade.

Capítulo 4 – A Sociabilidade na Igrejinha

O presente capítulo pretende fazer uma análise sobre as relações de vizinhança na UV-1. Por ser a Igrejinha Nossa Senhora de Fátima um dos locais da UV-1 em que há mais relação face-a-face no espaço público, procuro analisar a sociabilidade advinda da Igrejinha, que proporciona grande parte das relações de vizinhança. Essa sociabilidade será visualizada através de duas situações sociais: a primeira relacionada à pintura dos painéis, realizada em 2009, e a outra relacionada à Trezena de Nossa Senhora de Fátima, realizada sempre em maio, com o intuito de comemorar a aparição da santa aos três pastorinhos.

Park (1987), em seu artigo “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, define vizinhança como uma localidade com sentimentos, tradições e uma história própria.

Dentro dessa vizinhança, a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo de vida e interesses mais amplos a seu redor. (PARK; 1987 [1916]: 30)

A vizinhança, para Park, é a proximidade e o contato entre os vizinhos. Estes são bases para a formação de associações na organização da vida cidadina.

A vizinhança é uma unidade social que, por sua clara definição de contornos, sua perfeição orgânica interna e suas reações imediatas, pode ser justamente considerada como funcionando à semelhança da mente social. (PARK: 1987[1926]:31)

As superquadras foram criadas com a intenção de que a comunidade pudesse usufruir do espaço urbano e, dessa forma, criar laços de vizinhança. Elas foram planejadas para permitir às pessoas conversarem com seus vizinhos, com o zelador e com o síndico do seu bloco, partindo do pressuposto de que essas atividades cotidianas forjam os sentimentos de pertencimento e de apropriação do espaço, o que forma os laços de vizinhança. Em relação ao modo de vizinhança que se apresenta nas superquadras, a percepção dos prefeitos que entrevistei é a seguinte:

Tem de uma forma muito tímida ainda, mas graças ao supermercado que ainda reúne vários moradores, graças ao clube de vizinhança que tem aqui atrás, que reúne muitos moradores das quadras vizinhas e que oferece várias atividades de lazer, recreação, etc. Tem por conta da Igrejinha, em que os moradores se reúnem em torno das missas, ainda tem vizinhança, ainda tem comunidade ativa, mas bem menos e bem mais discreta do que a que existia há 20, 30 anos. (Entrevista com o prefeito da 308 Sul, Edinho. Novembro de 2012)

Dessa forma, mesmo os espaços urbanos que foram construídos para estabelecer relações de convivência social são pouco frequentados pela comunidade. Geralmente, os moradores só saem de casa para levar seus cães para passear ou, quando mais idosos, para tomar sol. Há também as babás que saem com as crianças para levá-las ao parquinho, como foi visto várias vezes ao longo da pesquisa.

Um trabalho muito interessante sobre a questão da vizinhança na UV-1 foi realizado por Renata de Sá Gonçalves (1999) em sua monografia de graduação. Gonçalves procurou compreender como se dão as relações de vizinhança através do Clube de Vizinhança nº 1. A autora chegou à conclusão de que o clube é um espaço privilegiado para apreensão das representações de vizinhança e também para a criação de novas redes de sociabilidade.

A Igrejinha Nossa Senhora de Fátima, ou simplesmente a “Igrejinha”, também é um meio para analisarmos a questão da sociabilidade, e conseqüentemente, de vizinhança. James Holston (1993), em seu livro “A cidade modernista”, argumenta que a Igrejinha é a única exceção das ausências de ruas que ele analisou em Brasília por ser o único ponto de referência conhecido nas áreas residenciais da cidade.

Só a Igrejinha pode ser considerada como um marco suficientemente forte na paisagem urbana para ser imortalizada com um nome de rua na memória popular. (HOLSTON, 1993: 23)

A Igrejinha foi construída a pedido de Dona Sara Kubitschek e foi o primeiro templo erguido em Brasília, inaugurado em 1958. Oscar Niemeyer projetou a Igrejinha inspirando-se no formato dos chapéus usados pelas freiras da Ordem dos Vicentinos. A fachada é decorada com azulejos de Athos Bulcão, os quais representam figuras estilizadas da pomba do espírito santo e da estrela de natividade. A Igrejinha pode ser considerada o ponto de convergência da UV-1 devido a sua localização, na entrequadra 307/308 Sul.

Na Igrejinha há uma série de relações de sociabilidade. Podemos identificar diversos grupos que utilizam seus espaços, como as pessoas que vão para assistir à missa, os turistas que vão para conhecer o templo, as pessoas que trabalham na Igrejinha, como as secretárias, o frei, os ministros da eucaristia e os coroinhas, os moradores de rua que usam o espaço como forma de moradia, as pessoas que estão apenas de passagem pela entrequadra e, por fim, as babás, os idosos e os cuidadores, que usam do espaço como forma de sociabilidade.

Gluckman (1987), em “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, utiliza-se de uma situação social, a inauguração de uma ponte, para poder compreender as relações sociais da Zululândia.

“A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade.” (GLUCKMAN; 1987: 228).

Inspirada na proposta de Gluckman, procuro por meio de duas situações sociais - a pintura dos painéis em 2009 e a Trezena de Nossa Senhora de Fátima -, compreender as formas de relações sociais que ocorrem na Unidade de Vizinhança.

4.1 – A Polêmica Reforma na Igrejinha

A paz voltou à Igrejinha da Asa Sul. Depois de muita polêmica sobre o painel do artista plástico Francisco Galeno, pintado no interior do templo em substituição aos adornos do artista italiano Alfredo Volpi (leia mais na Memória), os fiéis se acalmaram e voltaram a frequentar o espaço sem conflitos. A pintura de Nossa Senhora de Fátima tomada por cores e rodeada de pipas não agradou a todos os religiosos. De novembro de 2008 a junho de 2009, Galeno mudou três vezes o desenho da Virgem Maria para atender aos fiéis mais tradicionalistas. Mesmo assim, a imagem da santa que não tem olhos, boca e nariz e carrega temas infantis foi alvo de protestos. (Correio Braziliense. Acesso em: 29 de julho de 2013)

Esse foi um trecho tirado da matéria do Correio Braziliense sobre o fim da restauração da Igrejinha Nossa Senhora de Fátima. Intitulada como “Enfim, a paz reina”, a matéria fala do fim da restauração da Igrejinha, feita pelo IPHAN em 2009, que causou muita polêmica entre os fiéis. Procuro fazer uma análise sobre a reforma da Igrejinha, que durou mais de oitos meses e gerou uma série de questões.

Os painéis da Igrejinha foram pintados pela primeira vez pelo artista plástico Alfredo Volpi.⁹

⁹ O artista nasceu em 1896 na Itália, veio para o Brasil em 1897. Desde muito cedo se dedicou a arte, entrou na Escola Profissional Masculina do Brás e lá aprendeu o ofício de carpinteiro, entalhador de móveis, encadernador e se fixou como artista plástico. Com sua habilidade, logo passou ser um pintor especializado na pintura de frisos, florões e painéis nas paredes. Por volta dos 50 anos o artista começa a trabalhar com as bandeirinhas das festas juninas. Ganha o prêmio dentro da Segunda Bienal de São Paulo, com o título de *Melhor Pintor Nacional*. Sendo considerado um dos maiores artistas plásticos do Brasil.⁹



Foto 17: Imagem da pintura de Volpi, no interior da Igreja
Fonte: Arquivo público nacional

A Figura 12 mostra a primeira pintura nos painéis da Igrejinha. Como pode ser visto na foto, no centro havia uma imagem de uma mulher sem expressões faciais segurando uma criança simbolizando a imagem de Nossa Senhora segurando o Menino Jesus nos braços. Abaixo da santa havia um crucifixo e ao redor da imagem havia bandeirinhas juninas representando a marca do artista Volpi. Nas paredes laterais, também há algumas bandeirinhas e traçados abstratos.

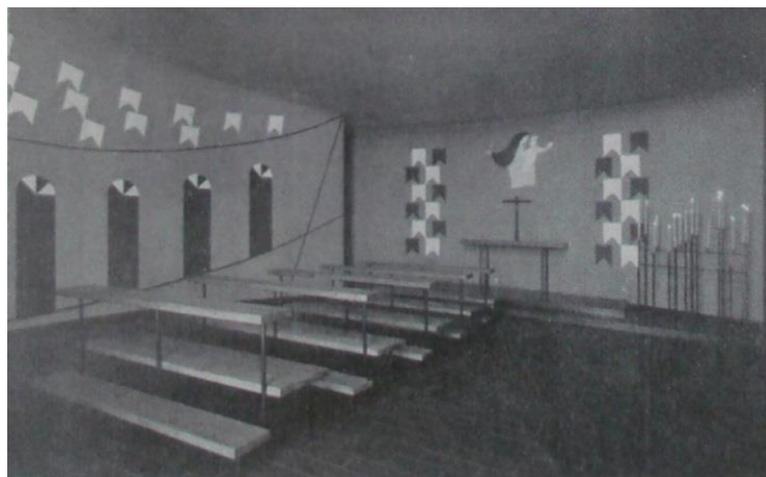


Foto 18: Interior da Igrejinha pintado por Volpi
Fonte: Brasília nº 26, 1959 – Arquivo público nacional

Não se sabe ao certo o ano, mas um padre que ministrava na Igrejinha não gostava da pintura do artista Volpi por não ter as feições da Virgem e nem de Jesus. Então, o padre

mandou pintar de branco as paredes da Igrejinha e colocou algumas imagens no canto das paredes. Antes da pintura, as paredes foram raspadas e lixadas. Por mais de 30 anos, as paredes da Igrejinha permaneceram pintadas de azul e branco, como mostra a foto a seguir:



Foto 19: Interior da Igrejinha sem as pinturas de Volpi - 1978
Fonte: Acervo DEPHA. Fotógrafo: Joaquim Firmino

No início de 2008, a paróquia fez um pedido ao IPHAN para que concluísse a obra proposta por Oscar Niemeyer, na qual estaria previsto um subsolo para Igrejinha com espaço para banheiro, depósito e até uma loja de souvenir. Segundo o IPHAN, a demanda foi apresentada ao escritório de arquitetura, mas acabou adiada por falta de recurso. A ideia voltou a ganhar repercussão no início de 2009, em reunião com o ex-governador Arruda, na qual o grupo Jereissati¹⁰ anunciou a disposição de investir na reforma da Igrejinha.

Entretanto, somente em janeiro de 2009 o IPHAN iniciou a restauração, procurando recuperar as características originais da Igrejinha. Com um custo inicial de 250 mil reais, foi possível recuperar boa parte das características, porém os peritos do IPHAN avaliaram que a pintura de Volpi era irrecuperável.

"Cheguei a pensar em reproduzir as imagens do único registro fotográfico existente do esboço do artista, o da revista Módulo, porém sabia que nunca conseguiria fazer com que alguém conseguisse o ritmo das pinceladas de Volpi e nunca teria certeza das cores que ele utilizou. Seria fake", diz o arquiteto. Rogério Carvalho responsável pela obra (Notícia veiculada no dia 27/06/2009, no Correio Braziliense - matéria "Polêmica na Igrejinha tem mobilização em duas frentes").

¹⁰ Grupo responsável pela construção do shopping Iguatemi em Brasília

Diante dessa situação, Rogério Carvalho decidiu recuperar a intenção do artista. Para tal, pensou no artista plástico Francisco Galeno¹¹ para pintar os painéis da Igreja.

Porque, explica Carvalho, ele "possui técnica, cromatismo e elementos de pintura e grafismo semelhantes aos de Volpi". (Notícia veiculada no dia 27/06/2009, no Correio Braziliense - matéria "Polêmica na Igreja tem mobilização em duas frentes").

Galeno pretendeu fazer nas duas laterais uma referência aos três pastorinhos¹², que seriam representados por colunas coloridas de pipas e carretéis. As meninas seriam representadas por flores, em alusão aos seus vestidos. A imagem da santa estaria no painel central, no qual Galeno procurou representar o sonho dos meninos em um trabalho simples.

"É uma homenagem a todas as mulheres que participaram da construção de Brasília. Cada mulher vai ver a própria expressão no rosto de Fátima", explica Galeno. (Notícia veiculada no dia 27/06/2009, no Correio Braziliense - matéria "Polêmica na Igreja tem mobilização em duas frentes").

A pintura foi, a princípio, aprovada pelos fiéis em reuniões que aconteciam às quartas-feiras após missa. A agitação começou quando o jornal Correio Braziliense publicou o primeiro esboço feito por Galeno para a imagem de Nossa Senhora de Fátima. Com a repercussão negativa, Galeno teve que modificar a primeira versão do rosto da santa, que teria um formato triangular e uma pipa representando o rosto. Na nova versão, a imagem da santa ficaria como a de Volpi, sem as expressões faciais. Isso gerou uma grande polêmica entre os fiéis.

Depois de quatro meses trabalhando nos painéis da Igreja, Galeno foi surpreendido por uma ordem judicial que o obrigava a desmontar os andaimes e paralisar a obra.

Desde que começou a pintar as telas, Galeno é bombardeado de críticas de fiéis que não aprovam sua arte moderna, colorida e abstrata. Agora, porém, as reclamações chegaram ao Ministério Público Federal, que decidiu recomendar a interrupção da pintura. (Notícia veiculada no dia 10/06/2009, no Correio Braziliense - matéria "Suspensa a pintura na Igreja").

Um grupo de paroquianos fez um abaixo-assinado com 68 assinaturas para que as paredes voltassem a ser como eram antes. A partir desse manifesto, a Procuradora da

¹¹ Francisco Galeno nasceu em Parnaíba, Piauí, em 1957. Aos oito anos veio para Brasília, onde reside até hoje. Frequentou o ateliê-escola do pintor Moreira Azevedo e fez curso-livre no Centro de Criatividade da Fundação Cultural do DF. Galeno teve como influências o pintor português Moreira Azevedo e o italiano Alfredo Volpi. Desenvolveu, porém, um estilo próprio e possui telas expostas em paredes nobres, como as do Palácio do Itamaraty. Ganhou vários prêmios, entre eles Prêmio de Viagem ao Exterior, Maratona de Pintura, Brasília-DF (1990), Prêmio Cultura do DF, Artes Plásticas, Fundação Solidariedade, Brasília-DF (1994)¹¹.

¹² Os três pastorinhos são as crianças para as quais Nossa Senhora de Fátima apareceu na colva

República Ana Paula Mantovani Siqueira pediu informações ao IPHAN sobre as pinturas dos painéis e a contratação de Galeno. O superintendente regional do IPHAN, Alfredo Gastal, preferiu aguardar a repercussão para saber qual a opinião da comunidade.

“Os frades responsáveis pelo templo me falaram que a Igrejinha tem cerca de 10 mil fiéis e o abaixo-assinado tem só 68 assinaturas, o que não significa muita coisa”, disse. O superintendente do IPHAN, no entanto, defende o diálogo entre Galeno e a comunidade. “Até cheguei a falar com ele se não era possível fazer alguma coisa um pouco mais palatável ao gosto dos fiéis. Estou sentindo que essa atitude dos moradores pode ser um encaminhamento para a destruição dos painéis, mais uma vez” (Notícia veiculada no dia 10/06/2009, no Correio Braziliense - matéria “Suspensa a pintura na Igrejinha”).

Houve missa em protesto, emoldurada por cortinas negras. Por causa da interferência do Ministério Público, a santa foi coberta com pano branco e fita crepe, e alguém chegou até a borrar um dos anjos. Depois disso, a pintura dos painéis da Igrejinha foi retomada. Galeno e Gastal comemoraram a decisão e não pretendiam mudar em nada o projeto original.

“Mas entendemos que, garantindo o término da pintura, estamos cumprindo o nosso dever de proteger o patrimônio”, defende Gastal. (Notícia veiculada no dia 13/06/2009, no Correio Braziliense - matéria “Pintura polêmica da Igrejinha da 307/308 Sul será retomada”).

Os fiéis não entenderam a ideia do artista e acharam horrível a proposta dos painéis. Para eles, as pinturas e as cores usadas pelo artista lembram carnaval e festa junina.

“Ele (Galeno) está zombando do sagrado. Essas bandeiras e formas não merecem estar dentro de uma igreja. São pinturas profanas”, dispara a professora Ana Angélica Ramos, 58 anos. (Notícia veiculada no dia 13/06/2009, no Correio Braziliense - matéria “Pintura polêmica da Igrejinha da 307/308 Sul será retomada”).

“Por mim, passava tinta em tudo. Essas cores não levam ninguém a pensar em Deus. O que são essas bandeirinhas? É festa de São João ou bumba-meu-boi?”, completou Sônia Bandeira, 50 anos, também moradora da 307.” (Notícia veiculada no dia 10/06/2009, no Correio Braziliense - matéria “Suspensa a pintura na Igrejinha”).

A pintura de Galeno não só recebeu críticas negativas, há alguns fiéis que gostaram e defenderam a pintura:

“Ficou excelente. Essas pessoas são extremamente preconceituosas com a arte contemporânea”, disse Marcos Macedo, 45 anos. (Notícia veiculada no dia 10/06/2009, no Correio Braziliense - matéria “Suspensa a pintura na Igrejinha”).

O Frei Odolir Eugênio Dal Mago relatou, em uma entrevista ao Correio Braziliense, que sofreu nessa encruzilhada, por ter de ficar no meio termo entre a comunidade e o artista:

“Sofro pressão dos dois lados. Sempre defendi que ele fizesse algo que a comunidade gostasse. A devoção do povo precisa ser respeitada”, afirmou. (Notícia veiculada no dia 10/06/2009, no Correio Braziliense - matéria “Suspensa a pintura na Igrejinha”).

Mesmo depois de tanta polêmica e protestos, no dia 26/06/2009, por volta das 14:30, Francisco Galeno concluiu a obra. Nas palavras de Galeno:

"Demorei porque queria ficar aqui mais tempo. Se pudesse, ficaria um ano. Foi um momento muito feliz, não me arrependo de nada do que fiz". (Notícia veiculada no dia 27/06/2009, no Correio Braziliense - matéria "Polêmica na Igrejinha tem mobilização em duas frentes").

Após a conclusão das obras, houve um caso de rabisco feito por caneta esferográfica na imagem da santa e as paredes laterais foram marcadas com um material semelhante ao carvão, como mostra a figura 15. Esses rabiscos se tornaram motivo de investigação por parte da Polícia Federal.



Foto 20: Rabisco na imagem da Santa
Fonte: Correio Braziliense 22/07/2009

Por causa desse acontecimento, o IPHAN instalou câmeras de segurança no local. O próprio instituto arcou com as despesas da colocação do equipamento, já que é um monumento tombado pelo Governo Federal.

Também após o término das obras, o Ministério Público concluiu que não há irregularidades na contratação do artista Galeno e nem nas pinturas dos painéis.

Em parecer técnico, o IPHAN afirmou que a escolha do artista foi acertada. "As pinceladas de Galeno assemelham-se às de Volpi no movimento desencontrado, pois ambos mudam a direção do pincel para conseguirem movimento e expressão", explicam no documento. (Notícia veiculada no dia 27/08/2009, no Correio Braziliense - matéria "Ministério público diz que pintura da Igrejinha não é irregular")

Depois de muita polêmica, os ânimos se "acalmaram" e a tranquilidade voltou para a Igrejinha. Mas ainda há muita gente que não gosta das pinturas dos painéis.

"Finalmente está tudo bem. Ainda há quem goste e quem não goste, afinal, a percepção da arte é individual. Mas não precisava fazer aquele escândalo todo, levar a discussão para o noticiário nacional. Agora, a angústia acabou e a comunidade está

tranquila”, disse o frei. (Notícia vinculada no dia 07/05/2010, no Correio Braziliense - matéria “Enfim, a paz reina na Igrejinha”).

Por fim, os painéis ficaram da seguinte forma:



Foto 21: Paineis da Igreja
Larissa Vasconcelos (2012)



Foto 22: Paineis da lateral esquerda da Igreja
Larissa Vasconcelos (2013)

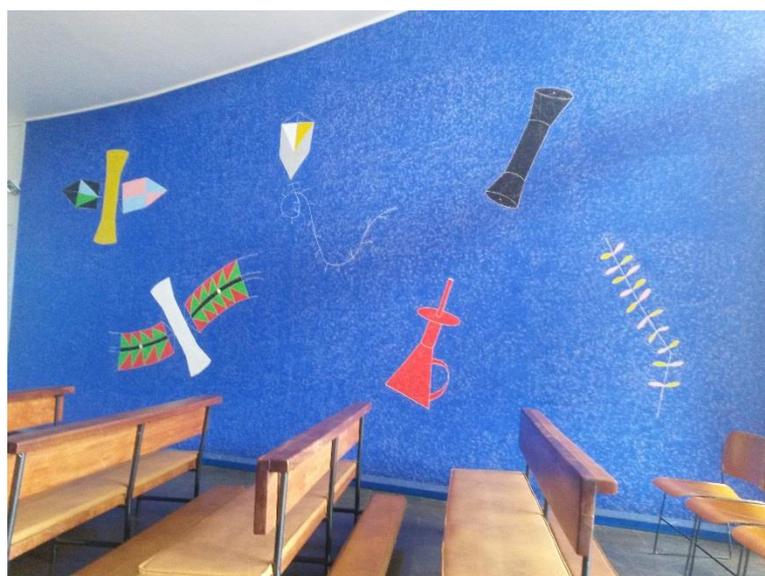


Foto 23: Painel da lateral direita da Igrejinha
Larissa Vasconcelos (2013)

A polêmica causada pela pintura dos painéis da Igrejinha é uma forma interessante de se pensar a questão do patrimônio. Por um lado, há a função do IPHAN de tentar preservar as características do bem tombado para mantê-lo o mais próximo possível do original. Por outro lado, há a comunidade que não admite uma santa sem as expressões faciais e um templo com pipas e carretéis, pois contradiz com a tradição da Igreja Católica.

Levanta-se um questionamento em relação a esse caso: o que é tradicional e o que deveria ser preservado? Seria tradicional a primeira pintura feita por Volpi ou as imagens que a Igreja Católica tem como tradicionais? A postura do IPHAN foi correta em pintar os painéis mesmo com a desaprovação da população?

Para a população, principalmente a parcela mais idosa, o mais importante seria continuar com as paredes brancas e azuis. Já para o IPHAN, a tentativa é resgatar os conceitos originais da Igrejinha, que incluía a pintura de Volpi. Dessa forma, Gastal alega que a polêmica causada foi feita por alguns membros da igreja que não gostam de se deparar com o novo. Para ele:

“Todo mundo em Brasília fala na modernidade. Mas, de repente, percebo que está se formando uma mentalidade medieval em certos grupos da cidade”, alega. “Dizer que está feio ou mal pintado, como alguns fizeram, é um enorme absurdo. Algo parecido com os argumentos de quem destruiu os afrescos de Volpi no mesmo local”, completa ele, referindo-se a um incidente da década de 1960. (*Notícia veiculada no dia 13/06/2009, no Correio Braziliense - matéria “Pintura polêmica da Igrejinha da 307/308 Sul será retomada”*).

Também há alguns moradores que compartilham do pensamento de Gastal:

“Eu achei linda a pintura, maravilhosa”, disse o professor Elfrance Gomes dos Santos, 55, que frequenta a capela há 10 anos. “As pessoas têm de entender que esta é uma igreja moderna, que não combina com imagens clássicas”, ressaltou. (Notícia veiculada no dia 13/06/2009, no Correio Braziliense - matéria “Pintura polêmica da Igrejinha da 307/308 Sul será retomada”).

Como ainda havia parte da comunidade que não gostou das pinturas realizadas, principalmente a população idosa, a paróquia encontrou uma solução para agradar as pessoas frequentadoras da Igrejinha: foram colocadas duas imagens de gesso em cada canto do altar, uma representando Jesus Cristo e a outra, Nossa Senhora de Fátima.

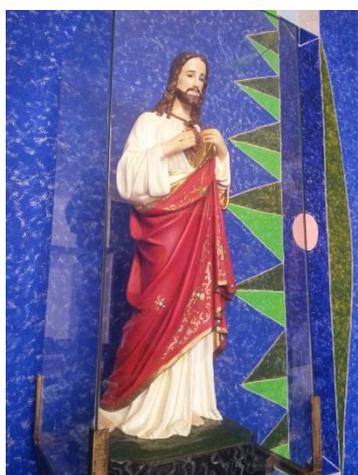


Foto 24: Imagem de gesso de Jesus Cristo e de Nossa Senhora de Fátima nas extremidades do altar
Larissa Vasconcelos (2013)

Segundo uma frequentadora da Igrejinha, Gardênia, devido a essa grande polêmica advinda das pinturas de Galeno, o projeto para a construção de um subsolo e de refazer a calçada em frente à Igrejinha foi arquivado pelo IPHAN.

Gluckman pensa positivamente no conflito como construtor da realidade. O conflito é o momento em que as regras ficam mais observadas, diferente de quando existe uma estabilidade. É possível perceber através do conflito das pinturas os discursos que a população tem do que é tradicional e moderno e, conseqüentemente, do que precisa ou não ser preservado.

4.2 – Trezena de Nossa Senhora de Fátima

Pretendo trabalhar a Trezena de Nossa Senhora de Fátima, ou simplesmente a festa da Igrejinha, como um possível patrimônio imaterial, mostrando como essa festa agrega pessoas tanto da UV-1 quanto de Brasília.

A Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1º de março de 2006, define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

Analisando dessa forma, a Trezena de Nossa Senhora de Fátima pode ser pensada como um patrimônio imaterial. Por já ser parte das comemorações da cidade há mais de 40 anos, a população agrega um valor de continuidade à Trezena. Ela começa sempre no dia 1º de maio e acaba no dia 13 de maio, que é o dia da aparição de Nossa Senhora de Fátima para os três pastorinhos. A maioria das pessoas que participam da festa acreditam que ela já faz parte do patrimônio cultural de Brasília.

Segundo Izabela Tamaso (2007), as pessoas, “ao celebrarem essas festas, comunicam a perpetuação continuada. Para além de rituais religiosos, eles são rituais sociais que falam de continuidade, resistência e permanência” (TAMASO, 2007: 692). Assim, a Trezena serve como forma de confirmação da devoção da população de Brasília à Nossa Senhora de Fátima.

Outra função importante das festas religiosas é oferecer um espaço de socialização. Para Perez (2010), “festa, religião e cidade são três formas fundamentais de ligar, três formas eminentes de sociação, por intermédio das quais se realizam a troca e a comunicação, dois fundamentos essenciais da experiência humana em coletividade” (PEREZ; 2010: 4). Isto pode ser claramente visualizado durante a Trezena, período no qual a área de entrequadra 307 e 308 Sul fica extremamente movimentada. Fora do período de festa, no entanto, há poucas pessoas circulando pelo local, predominantemente crianças e idosos.

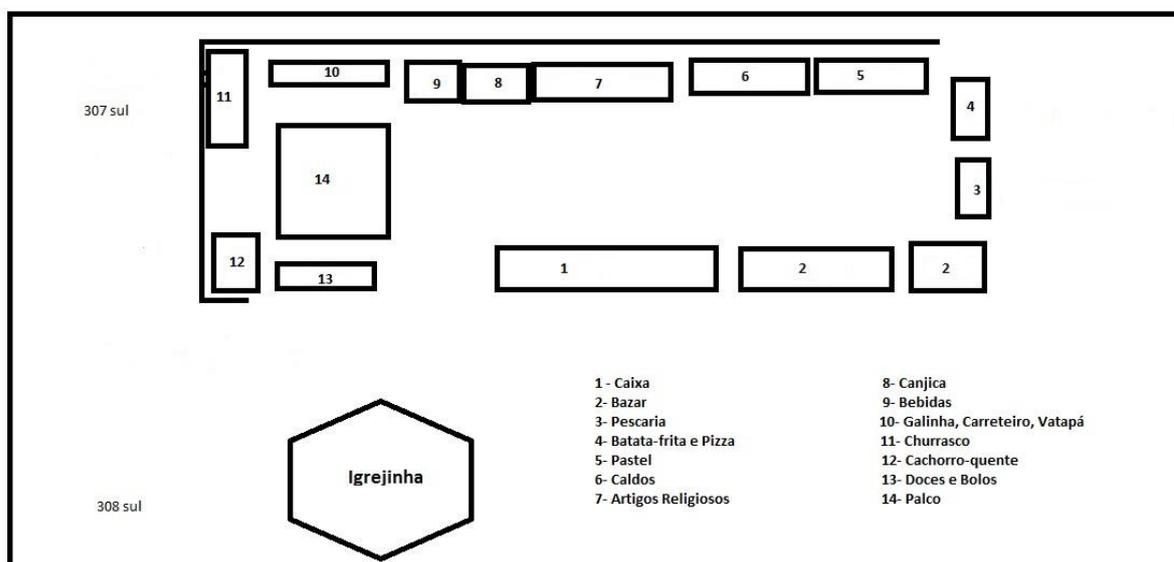
A festa é muito movimentada durante o fim de semana, dias em que o público triplica em relação aos dias úteis. No entanto, no dia 13 de maio de 2013, uma segunda-feira, foi surpreendente a quantidade de pessoas que compareceram à Trezena. Muitas pessoas passaram boa parte do dia na festa, desde o horário de almoço até as 22:00.

Meu primeiro contato com a festa se deu durante uma reunião em que os coordenadores de barraca e o organizador geral da festa, Frei Junio, discutiram alguns detalhes da Trezena. Fui muito bem recebida por todos e, logo que cheguei à reunião, recebi um convite do coordenador da barraca de caldos, Nelson, para trabalhar como voluntária. Aceitei prontamente, pois seria uma ótima oportunidade para entrar no campo.

O espaço da Igrejinha é bastante limitado e não teria como acolher todas as pessoas que participam da celebração, por esse motivo é montada uma estrutura do lado de fora. O altar onde foi celebrada a missa estava posicionado na entrada da Igrejinha e ao seu lado havia uma estrutura em que as imagens de Nossa Senhora de Fátima e de São Francisco ficavam. O espaço destinado aos fiéis ficou distribuído ao redor da Igrejinha e cadeiras de plástico foram colocadas para acomodá-los.

A estrutura da festa foi montada do lado direito da Igrejinha, mais próximo da 307 Sul. A festa contou com um total de 14 barraquinhas, duas das quais eram brechós. A maioria dos produtos eram vendidos por meio de fichas, com exceção dos artigos dos brechós e dos artigos religiosos, que poderiam ser comprados diretamente com dinheiro, em notas ou moedas. Em todos os dias de festa houve shows, iniciados após a missa. Estiveram presentes as bandas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, uma banda de MPB, um grupo de samba, uma dupla sertaneja e um coral de meninas, que veio de Minas Gerais. No centro da festa havia mesas, às quais as pessoas podiam se sentar para conversar e apreciar o show.

A seguir, um esboço da distribuição das barraquinhas no espaço da festa:



A dinâmica da festa aconteceu da seguinte forma: as barraquinhas abririam por volta das 17:30 e só encerrariam seu funcionamento após as 22:00 ou quando a comida acabasse; nos dois últimos dias, uma única barraca seguiu um procedimento diferente, servindo também almoço. A parte religiosa da Trezena começava às 17:20, horário em que saía a procissão ou em que os fiéis rezavam o terço. A procissão chegava por volta das 18:30 na Igrejinha, onde

ocorria a missa normalmente, seguida pela coroação da santa. No dia 13 de maio, foram celebradas várias missas durante o dia.

I. A Procissão

Segundo Izabela Tamaso (2007), as procissões são como bens simbólicos que oferecem um movimento ritual dentro do lugar que constitui a área tombada. “Assim é que as procissões põem o patrimônio em movimento [...] ao adensarem de significados cada um e todos os lugares compreendidos no seu trajeto” (TAMASO, 2007: 653). Já Roberto DaMatta mostra que “ao mesmo tempo em que o santo homenageado está num andar e separado do povo por sua natureza e pela mediação das autoridades que o cercam, ele caminha com o povo e dele recebe na rua (e não na igreja) suas orações, cânticos e piedade.” (DAMATTA; 1981: 65).

A maioria das pessoas que frequentam a procissão e a missa são do sexo feminino, adultas e idosas, com idades desde os 40 até os 70 anos. Pouco se observa jovens nessa área, a não ser que estejam acompanhados pelos pais.

Em todos os treze dias de festa da Igrejinha há procissões. Neste ano, ela saiu de vários lugares, desde a 307 Sul até 706 sul. A imagem de Nossa Senhora de Fátima pernoita em uma das casas escolhidas pela Igreja. Por volta das 17:30, fiéis de qualquer localidade podem ir até a residência em que a imagem está e de lá, seguirem rumo à Igrejinha. No 7º dia de festa, tive a oportunidade de acompanhar a trajetória da imagem de Nossa Senhora de Fátima.



Foto 25: Imagem de gesso de Nossa Senhora de Fátima que pernoita nas casas das famílias
Larissa Vasconcelos (2013)

Nesse dia, a Santinha havia passado a noite na casa de uma família que morava no bloco E da 107 Sul. Cheguei ao local juntamente com uma senhora, que perguntou ao porteiro sobre a santa. Ele confirmou que ela ainda estava lá e permitiu que subíssemos sem nos anunciar, então entramos juntas no elevador.

Ao entrar no apartamento um senhor, que aparentava ser o dono, nos recebeu e nos convidou para entrar, oferecendo os salgados e bolos que estavam na mesa. Em seguida uma senhora nos entregou uma vela, uma lembrancinha e um livrinho com os cantos e a palavra do dia. Na residência encontrava-se também o restante da família que morava lá, o Frei Junio, um padre e um seminarista. A Santinha estava em um canto da casa, cheia de flores.

Às 17:30, iniciou-se uma celebração, uma pequena missa, na qual cantávamos, rezávamos e escutávamos o sermão do Frei sobre a palavra do dia, seguindo o livrinho que nos entregaram. Quando a celebração terminou, dois homens carregaram a imagem para debaixo do bloco e foram seguidos por algumas pessoas levando estandartes.



Foto 26: Saída da procissão da 107 Sul
Larissa Vasconcelos (2013)

Embaixo do bloco E, as pessoas que iam participar da procissão estavam acendendo as velas que receberam quando entraram na casa. O senhor que aparentava ser o dono da casa distribuiu balões brancos e azuis para todo mundo. Cerca de 30 pessoas acompanharam a procissão, em sua maioria mulheres em torno dos 45 anos de idade. Havia apenas um adolescente que percebi ser filho dos donos da casa.

Durante o caminho percorrido pela procissão até a Igrejinha, as pessoas ficaram distribuídas da seguinte forma: na frente estavam os estandartes, no meio, a santa, carregada por quatro moradores, e no fim, as pessoas com velas e balões azuis e brancos. As pessoas rezavam principalmente a oração do Pai Nosso e cantavam a principal música de Nossa Senhora de Fátima.

Chegamos à Igrejinha por volta das 18:30 e já havia muita gente esperando a chegada da imagem. Enquanto subíamos as escadas que dão acesso à Igrejinha, Frei Junio falava a um microfone: “Viva Nossa Senhora de Fátima”, ao que a população respondia, calorosamente, “Viva!”. Os fiéis que participam da missa recebem pétalas de rosas para jogar enquanto a Santinha é encaminhada para o altar. Depois que a santa é deixada no altar, algumas pessoas a tocam e fazem o sinal da cruz. A família que recebeu a imagem tem um lugar reservado durante a missa, enquanto as outras pessoas da procissão sentam-se nas cadeiras improvisadas, do lado de fora da Igrejinha.



Foto 27: Chegada da procissão à igrejinha
Larissa Vasconcelos (2013)

A missa acontece no rito comum e geralmente é celebrada por um padre convidado. Depois da missa ocorrem as homenagens para Nossa Senhora de Fátima, nas quais os fiéis são conduzidos pelo Frei a rezar a oração da santa. Por fim, ocorre a coroação da Santinha, ritual no qual crianças, geralmente da paróquia ou de algum colégio próximo, vestem-se de anjos e coroam a santa. No dia em que eu estava presente, não foram crianças, mas um grupo de cantores adolescentes que a coroaram. Na coroação, uma pessoa coloca o terço e a outra, o manto e a coroa, tudo conforme a música que os fiéis cantam. Ao fim desse ritual, muitas

pessoas se dirigem para o espaço onde estão as barraquinhas, onde efetivamente ocorre a festa.



Foto 28: Coroação de Nossa Senhora de Fátima
Larissa Vasconcelos (2013)

II. A barraca de caldos

Como aceitei o convite, trabalhei na barraquinha de caldos, que fica localizada entre a barraca de pastel e a de artigos religiosos (como pode ser observado no esboço da “planta”). Ao longo da Trezena, nove pessoas trabalharam nessa barraquinha; são elas:

1. Nelson: advogado criminalista e coordenador da barraca. Morador da 107 Sul.
2. Guilherme: pai de Nelson, administrador. Por ser ministro da eucaristia, iria ficar só na missa, mas foi convidado por seu filho para ser voluntário na barraca. Morador da 107 Sul.
3. Dona Antônia: aposentada, já trabalhou durante 6 anos na festa da Igrejinha, mas não queria trabalhar mais um ano na barraca dos caldos. Acabou aceitando porque foi convidada por Gardênia para “ensinar” os novos voluntários, já que é uma das mais experientes. Moradora da 307 Sul.
4. Nilton: dentista, foi chamado para trabalhar na barraquinha por um membro da Igreja. Morador da 305 Sul.
5. Amanda: professora, esposa de Nilton. Recebeu um convite, assim como seu marido, para trabalhar na barraca. Moradora da 305 Sul.

6. Luciene: secretária do lar, já trabalhou na festa durante dois anos. Também não ia trabalhar este ano, mas sua patroa pediu que ela fosse para ajudar na barrquinha. Moradora da 307 Sul.
7. Armando: advogado, estava em uma festa com Guilherme e acabou sendo chamado por Nelson. Como é devoto de Nossa Senhora de Fátima, aceitou trabalhar. Morador do Lago Sul.
8. Alane: estudante de Ciências Sociais na UnB. Estava fazendo, também, um trabalho sobre a Unidade de Vizinhança.



Foto 29: Da esquerda para direita: Amanda, Nilton, Seu Guilherme, Luciene e Dona Antonia Larissa Vasconcelos (2013)

Valho-me das anotações do caderno de campo para ilustrar como foi o trabalho na barrquinha de caldos ao longo dos treze dias:

Todo dia era uma grande correria, porque aparecia muita gente para se alimentar dos caldos. A barrquinha virou uma loucura. Era gente para todos os lados, principalmente depois que acabava a missa. Todas as pessoas resolviam comprar caldo na mesma hora e tínhamos de atender a todos, o que fazia a barrquinha virar um caos. Como a barrquinha estava lotada, tínhamos que escolher a pessoa que seria atendida aleatoriamente. Geralmente desejávamos “boa noite” e a pessoa fazia o pedido, por exemplo, um caldo verde completo (essa foi nossa denominação para caldo com coentro, cebolinha, couve e pão). Então a pessoa entregava uma ficha de R\$ 10,00. Com o pedido feito, eu gritava para o pessoal “um caldo verde completo” e enquanto eles preparavam, corria no caixa para pegar

o troco e entregar para o cliente. Depois ia para o “meio do campo” pegar o caldo que estava pronto. Essa forma de atendimento durou a noite toda e quase não tínhamos tempo para descansar, mas no final conseguíamos atender todo mundo e o mais rápido possível. Nelson brincava dizendo que a barraquinha dos caldos era mais rápido que o McDonald’s.

Em uma reunião anterior a festa, Nelson pediu que tratássemos cada pessoa com muito carinho e atenção e não simplesmente entregássemos o pedido, como se fosse um cliente qualquer. No entanto, isso não foi possível, porque ou atendíamos todos da maneira mais rápida possível, e, em contrapartida, não teríamos um cuidado especial com a pessoa, ou então tratávamos a pessoa “com carinho” e acabávamos deixando os outros esperando por muito tempo. Como as pessoas que estavam comprando o caldo não queriam esperar por muito tempo, elas preferiam que a gente atendesse como se fosse um estabelecimento comercial. Havia muitas reclamações, por exemplo, se o caldo estivesse frio, ou se os condimentos estivessem errados, ou ainda caso uma pessoa tivesse chegado primeiro e outra pessoa fosse atendida antes - como se a gente tivesse algum controle sobre isso. Essa questão deixava os funcionários da barraca bastante chateados, pois eles estavam se voluntariando e tentando fazer seu melhor enquanto alguns clientes os tratavam mal.

Compartilho da reflexão de Lanna (1995), segundo a qual tudo que não estivesse ligado ao religioso, como as barraquinhas, o leilão e o forró, estariam associados à lógica do mercado. Foi exatamente o que pôde ser percebido no tratamento dos clientes com os funcionários: por eles estarem pagando, queriam o atendimento e o produto da melhor qualidade possível, como se estivesse em uma dinâmica de mercado.



Foto 30: Barraquinha dos caldos
Alane Nobrega (2013)

Quando perguntei aos voluntários sobre a importância de trabalhar na festa, eles me respondiam que se voluntariavam devido às graças trazidas pela santa para suas vidas. O Frei Junio falava que durante todo o ano a santinha estava em nossas casas, fornecendo graças para nós, e que a Trezena é o momento em que podemos agradecer à Nossa Senhora de Fátima por tudo o que ela fez por nós. Conversando com o senhor que trabalhava na barraquinha do pastel há mais de 16 anos, perguntei o porquê de ele trabalhar na festa como voluntário e ele me respondeu: “Sempre quis ajudar e trabalhar na Igrejinha. A festa é uma forma de ajudar a Nossa Senhora de Fátima”.

Na área das barraquinhas há muitas crianças, com idades entre 6 e 10 anos, que saem das escolas e vão para lá sozinhas ou acompanhadas pelos pais. Essas crianças adoram participar da festa para soltar “bombinhas e estalinhos”. Há muitos adultos que saem do trabalho ou da faculdade e vão direto para festa, onde aproveitavam para comer, conversar e tomar alguma bebida. Também há muitas pessoas idosas que vão à missa e depois vão comer nas barraquinhas. Por fim, temos os adolescentes, que vão para a festa, mas ficam do lado de fora da estrutura, na “pracinha” da Igrejinha, com seus amigos, para paquerar ou até mesmo brigar.

Trabalhando nas barraquinhas, há predominantemente pessoas mais velhas, em torno dos 40 anos, mas há também muitos jovens. Diante disso, os mais velhos ficam bastante felizes, por saberem que a festa poderá ter uma continuidade no futuro.

Tendo por base as relações que as pessoas estabelecem umas com as outras, é possível observar que as pessoas ficavam mais restritas a seu grupo de conhecidos e havia poucas oportunidades de conhecer novas pessoas, ou seja, elas já iam com os seus amigos ou familiares e permaneciam com eles durante toda a festa. Havia algumas pessoas que se cumprimentavam ao se encontrarem, porque já se conheciam de outros lugares ou da própria Igrejinha, mas não conversavam.

Quanto à barraquinha, por trabalharmos 13 dias quase seguidos, todos os voluntários acabaram tornando-se grandes amigos. Há muita brincadeira, conversa e reclamação, situações normalmente vivenciadas por uma grande família. No fim, todos fizemos planos para participarmos da Trezena no ano que vem.

As festas religiosas são importantes, pois servem para as pessoas mudarem a rotina do dia-a-dia agitado dos grandes centros urbanos. As pessoas vão para as festas religiosas para se divertir, comer, encontrar os amigos, para se conectar com a espiritualidade por meio da missa e da imagem da santa e para agradecer as graças que a santinha oferece às pessoas. As festas também são importantes por agregarem um sentimento de permanência e de continuidade. Não procurei nesse trabalho fazer reflexões profundas sobre religiosidade.

Outro ponto a ressaltar sobre a festa da Igrejinha é a apropriação do espaço urbano que a festa acarreta. No cotidiano, são pouquíssimas as pessoas que usufruem desse local e pode-se observar vários espaços vazios, mas na época da festa podemos perceber que as pessoas se apropriam desse espaço urbanístico. A festa também serve para refletir como são os estilos de vida das pessoas, como a lógica do mercado está inserida na festa e a importância da religiosidade na vida das pessoas.

Conclusão

Quando se pensa em patrimônio, se pensa também no estereótipo de que o bem tombado é uma relíquia do passado e que precisa ser preservado para as gerações futuras. Logo vem em mente cidades como Ouro Preto, Olinda, Natividade, dentre outras. Entretanto, Brasília, que foi projetada para ser exemplo de modernidade, é classificada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Com isso, lança-se um desafio: compreender como o “moderno” deve ser preservado. Portanto, trabalhar com patrimônio em uma cidade que só possui 53 anos de fundação foi um grande desafio.

José Reginaldo Gonçalves (2012), em seu artigo “As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente”, propõe pensar o patrimônio não como “entidade”, mas descrever e analisar o amplo leque de experimentos sociais, institucionais e discursivos que são específicos da patrimonialização. A proposta deste trabalho foi demonstrar as experiências sociais que Brasília proporciona às pessoas que usufruem dos espaços urbanos projetados pelo modernismo e que hoje estão atreladas aos limites da preservação patrimonial.

Um desafio encontrado ao longo da pesquisa foi sair do discurso do “dever ser” para poder compreender como Brasília realmente é, porém foi impossível sair desse discurso, pois a utopia que esteve presente no projeto inicial ainda existe na mente das pessoas que moram na cidade. Por mais que tentemos propor outra forma de discurso, ainda encontramos as ideias de Lúcio Costa no imaginário das pessoas.

Para as pessoas que entrevistei, há o desejo de que a Unidade de Vizinhança fosse uma área residencial onde as pessoas ocupassem os espaços urbanos, fossem amigas e trabalhassem juntas, de forma a criar uma nova forma de sociabilidade, na qual as pessoas ajudassem uma as outras e se unissem para preservar o espaço urbanístico.

A realidade é outra, mas nem por isso deixa de existir uma relação de vizinhança. A vizinhança que percebi não é aquela da utopia proposta por Lúcio Costa, nem poderia ser, pois o mundo hoje é bem diferente daquele visionado na década de 60. Porém, há pessoas que saem de suas casas para trabalhar em prol de uma área mais organizada e limpa, para ir às

áreas de lazer - área bucólica - que existem na Unidade de Vizinhança com suas crianças e cachorros, para ir à Igrejinha e ao comércio. Por isso, pode-se dizer que há uma vizinhança.

Brasília, em seu primeiro projeto, possui características de uma utopia, pois propõe, por meio do espaço urbanístico, transformar os vícios da sociedade em virtudes. O tempo passou e essa ideia do “dever ser” ainda permanece no imaginário da população de Brasília. Compartilho a opinião de Mariza Veloso (2009), que, em seu artigo “A utopia como devir”, demonstra que a utopia permanece como parte constitutiva da história de Brasília e do processo de patrimonialização da cidade. O tombamento de Brasília, de certa forma, corrobora essa utopia. “A utopia não é *dever-ser*, é *devir*, e esta é uma marca distintiva da cidade, e deve iluminar seu futuro”. (VELOSO; 2009: 94).

Pensar na Unidade de Vizinhança é tentar analisar e descrever como a vizinhança aparece em Brasília, e uma das formas de apreender as manifestações da vizinhança foi através dos dramas sociais. Victor Turner (1974) utilizou-se do conceito de “dramas sociais” para compreender as “estruturas” que regeriam os grupos sociais. Os dramas sociais, para Turner, são os momentos em que há conflitos e nos quais os valores, interesses e lealdades se tornam aparentes, demonstrando tanto as estruturas duradoras quanto a possibilidade de mudança nas estruturas existentes.

Os dramas sociais, na Unidade de Vizinhança, podem ser vistos em vários momentos, como no caso da pintura dos painéis da Igrejinha e da reunião com os dirigentes do governo, em que a população se uniu para discutir os valores e se as estruturas existentes poderiam ser ou não modificadas.

Em relação à questão da preservação de Brasília, o GDF possui várias leis de tombamento que, se fossem efetivamente cumpridas por parte da administração pública e pelos moradores de Brasília, salvuardariam suas concepções originais. No entanto, infelizmente, não é isso que ocorre. Diariamente é possível ver as leis do tombamento sendo quebradas diversas vezes, por exemplo, pelo comerciante que faz um “puxadinho” em seu comércio, pela forte especulação imobiliária, pelos condutores que colocam seus carros em estacionamentos irregulares, entre outras questões.

James Holston (2010), no artigo “Libertem o espírito de Brasília”, afirma que, como Brasília foi uma cidade projetada através de um espírito de experimentação, é perverso que a cidade esteja congelada no tempo.

“Se esse espírito é essencial, e se a preservação se destina a proteger o essencial, então no mínimo o tombamento deveria preservar Brasília como um campo de experimentações, de inovação contínua. Deveria preservar Brasília como um lugar especial no Brasil onde esse tipo de risco é possível. Congelar Brasília em um momento trai esse espírito.” (HOLSTON; 2010: 232).

Segundo Holston, é preciso fazer experimentos controlados, o que não que significa entregar o Plano Piloto às forças do mercado imobiliário. O tombamento, para Holston, não é de fato eficaz e compromete o espírito de Brasília. Portanto, o melhor para Brasília seria sua libertação e não seu tombamento.

As palavras de Holston remetem à concepção de Lúcio Costa de uma cidade libertadora, em que uma nova forma de viver seria possível. Acredito que a história já demonstrou que, através de um planejamento urbanístico ou de princípios que remetem uma utopia, não foi possível modificar a realidade brasileira. Essa proposta de Holston, no meu entendimento, é também uma utopia que hoje não seria capaz de se realizar. Somente, talvez, em um futuro distante.

Libertar o espírito de Brasília, mesmo em experimentos controlados, iria acabar com o que restou da concepção da cidade. Por mais que o tombamento não possua uma forte eficácia, é através dele que algumas concepções ainda permanecem em Brasília. O Governo do Distrito Federal não trabalha para fazer “experimentos controlados” em Brasília, não há políticas públicas para conservação ou para proporcionar inovações na capital.

Quebrar esse tombamento é entregar a cidade ao caos, é entregar Brasília à especulação imobiliária e à lógica do mercado. O tombamento quebra o espírito libertador de Brasília? Sim, mas é através do tombamento que é possível acreditar no sonho de se construir uma nova forma de viver, não apenas em Brasília, mas também no Brasil inteiro, ou seja, o tombamento é manter viva a esperança de que a utopia possa vir, um dia, a tornar-se realidade.

Referência Bibliográfica

- COLELA, Gabriel. *A Unidade de Vizinhança nº 1 de Brasília ontem e hoje: Ressignificações* (Relatório de Iniciação Científica) Brasília – DF 2012
- COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: GDF. 1991
- CAMPOS, Paulo de A. *Temas e teimas em educação*. In Imprensa Universitária da UFF, 1990.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Zahar Editores, 1978. Terceira Edição – 1981
- FICHER, Sylvia; LEITÃO, Francisco; BATISTA, Geraldo; FRANÇA, Dionísio. *Blocos Residenciais das Superquadras do Plano Piloto de Brasília*. 2003
- FICHER, Sylvia; BATISTA, Geraldo Nogueira; LEITÃO, Francisco; SCHLEE Andrey. *Brasília: uma história de planejamento*. In: Rodríguez I Villaescusa, Eduard, e FIGUEIRA, Cibele Vieira A (orgs.). *Brasília 1956 - 2006, de la fundación de una ciudad capita, al capital de la ciudad*. Lleida: Milenio, 2006.
- FERREIRA, Marcílio Mendes e GOROVITZ, Matheus. *A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília*. Brasília: Iphan-DF, 2007
- GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). São Paulo, Global. 1987 (1940). Pp. 227 – 344
- GONÇALVES, Renata de Sá. *Quem são os nossos vizinhos? O Clube de Vizinhança e suas representações* (monografia em Antropologia) – Brasília, DF – 1998
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente*. In Antropologia e Patrimônio Cultural, trajetos e conceitos. Org. Izabela Maria Tamazo e Manuel Ferreira Lima Filho – Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. 2012
- FERREIRA, Marcílio Mendes e GOROVITZ, Matheus. *A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília*. Brasília: Iphan-DF, 2007.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2005 (1993).
- _____, *Libertem o espírito de Brasília*. In Revista Veja, edição especial: *Brasília 50 anos*. 2009

- KORNIJEZUK, Natália Peres. *A festa da Igrejinha da 308 Sul: vivências, conflitos, representações* (monografia em Sociologia) – Brasília, DF – 2010
- LANNA, Marcos. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP. 1995
- LEITÃO, Francisco e FISCHER, Sylvia. “A infância do Plano Piloto:1957 a 1964” In *Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole*. Brasília: Editora UnB 2010
- PARK, Roberto E. *A cidade: sugestões área a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In Velho, Otávio (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. (1987) [1916] Pp. 26 – 67
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. *Condomínios no Brasil Central. Expansão urbana e antropologia*. Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- PEREZ, Léa Freitas. *Passos de uma pesquisa nos passos das procissões lisboetas*. Lisboa, Centro de investigação e estudos de sociologia. 2010
- PIRES, Flávia. *A Festa de São Sebastião em Catingueira: transformações e permanências dez anos depois*. Artigo foi preliminarmente apresentado no XIV CISO – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, realizado em Recife no ano de 2009
- PEIRANO, Mariza (org.). “*O dito e o feito: Ensaio de antropologia dos rituais*”. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. P. 17-40
- PEREIRA, Eva; ROCHA, Lúcia. *Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília*. In PEREIRA, Eva Waisros [et al] Organizadores. *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa*. Brasília: Universidade de Brasília. Editora UnB. 2011
- PEREIRA, Eva; ROCHA, Lúcia. *Escola parque de Brasília: uma experiência de educação integral*. In PEREIRA, Eva Waisros [et al] Organizadores. *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa*. Brasília: Universidade de Brasília. Editora UnB. 2011
- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL (PRODEMA). Cartilha “*Patrimônio Cultural - Conhecer, Valorizar e Preservar*”(2013)
- SINOTI, Marta L. *Quem me quer, não me quer: Brasília, Metrópole-Patrimônio*. São Paulo: Editora Annablume. 2005
- TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Brasília DF: UnB. 2007

TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos: aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói, EDUFF, 2005 (1967).

VELOSO, Mariza. *A Utopia como Devir*. In Revista Humanidades. Editora Universidade de Brasília. 2009

VIANNA, Letícia; PINTO, Francisco; ZENUN Maíra; SOUZA, Raquel. *Sociabilidade, arte e patrimônio cultural em uma utopia urbana*. In As artes populares no Brasil Central: performance e patrimônio. Org. João Gabriel L.C., Letícia C. R. Vianna. Brasília: Idade da Pedra, 2012

Legislação:

Constituição Federal de 1988. Arts.: 24, 30, 32 e 216

Lei nº 47, de 02 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 25.849, de 17 de maio de 2005. Arts.: 1, 3, 10, 17, 18 e 19

Decreto de Nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Arts.: 1, 3, 4, 7, 9, 10 e 11

Decreto Nº 33.506, de 26 de janeiro de 2012 e depois retificado pela portaria nº 11, de 7 de março de 2012. Arts.: 2, 5 e 6

Decreto nº 28.519 de 07 de dezembro de 2007.

Decreto nº 6.617, de 29 de abril de 1982.

Decreto nº 24.861, de 04 de agosto de 2004.

Decreto nº 11.234, de 2 de setembro de 1988.

Decreto nº 30.303, de 27 de abril de 2009.

Fonte virtual:

Helena Mader, IPHAN reclama do tom impertinente e impositivo de relatório da Unesco. Acessado dia 10 de outubro de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/06/07/interna_cidadesdf,306093/iphan-reclama-do-tom-impertinente-e-impositivo-de-relatorio-da-unesco.shtml

Agência Brasil, Unesco avalia se Brasília deve manter título de patrimônio mundial. Acessado dia 10 de outubro de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/13/interna_cidadesdf,293050/unesco-avalia-se-brasilia-deve-manter-titulo-de-patrimonio-mundial.shtml

Agência Brasil, Brasília completa 25 anos como patrimônio cultural da humanidade.

Acessado dia 10 de outubro de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/01/25/interna_cidadesdf,287605/em-2012-brasilia-completa-25-anos-como-patrimonio-cultural-da-humanidade.shtml

Agência Brasil, Começa segunda etapa da reforma do patrimônio cultural Cine Brasília.

Acessado dia 02 de novembro de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/05/07/interna_cidadesdf,301259/comeca-segunda-etapa-da-reforma-do-patrimonio-cultural-cine-brasilia.shtml

Helena Mader, Representantes da Unesco iniciam inspeção de Brasília nesta terça-feira.

Acessado dia 11 de outubro de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/13/interna_cidadesdf,293136/representantes-da-unesco-iniciam-inspecao-de-brasilia-nesta-terca-feira.shtml

Helena Mader, Unesco volta a Brasília para avaliar a conservação do Plano Piloto. Acessado dia 11 de outubro de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/10/24/interna_cidadesdf,275263/unesco-volta-a-brasilia-para-avaliar-a-conservacao-do-plano-piloto.shtml

Rafaela Céó, GDF comemora, mas UNESCO aponta problemas na conservação da capital.

Acessado dia 11 de outubro de 2013: [http://g1.globo.com/distrito-](http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/06/gdf-comemora-mas-unesco-aponta-problemas-na-conservacao-da-capital.html)

[federal/noticia/2012/06/gdf-comemora-mas-unesco-aponta-problemas-na-conservacao-da-capital.html](http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/06/gdf-comemora-mas-unesco-aponta-problemas-na-conservacao-da-capital.html)

Do G1 DF, IPHAN diz que relatório da Unesco sobre Brasília teve tom imoderado. Acessado dia 11 de outubro de 2013:

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/06/iphan-diz-que-relatorio-da-unesco-sobre-brasilia-teve-tom-imoderado.html>

Leilane Menezes, Enfim, a paz reina na Igrejinha. Acessado dia 07 de agosto de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/07/interna_cidadesdf,191062/index.shtml

Conceição Freitas, Polêmica na Igrejinha tem mobilização em duas frentes. Acessado dia 07 de agosto de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/06/27/interna_cidadesdf,121958/index.shtml

Pintura polêmica da Igrejinha da 307/308 Sul será retomada. Acessado dia 07 de agosto de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/06/13/interna_cidadesdf,118251/index.shtml

Ministério Público diz que pintura da Igrejinha não é irregular. Acessado dia 12 de agosto de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/08/27/interna_cidadesdf,138274/index.shtml

Helena Mader, IPHAN pede à PF que apure rabiscos de caneta esferográfica em imagem da Igrejinha. Acessado dia 10 de agosto de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/07/22/interna_cidadesdf,128652/index.shtml

Suspensa pintura na Igrejinha. Acessado dia 07 de agosto de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/06/10/interna_cidadesdf,117465/index.shtml

Igrejinha da 307/308 Sul vai ganhar subsolo. Acessado dia 07 de agosto de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/01/29/interna_cidadesdf,71869/index.shtml

IPHAN autoriza continuidade da pintura dos painéis da Igrejinha. Acessado dia 08 de agosto de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/06/17/interna_cidadesdf,119427/index.shtml

Helena Mader, Unesco volta à Brasília para avaliar a conservação do Plano Piloto de Brasília. Acessado dia 10 de outubro de 2013:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/10/24/interna_cidadesdf,275263/unesco-volta-a-brasilia-para-avaliar-a-conservacao-do-plano-piloto.shtml

ANEXO 1

Decreto 30.303 no Diário Oficial do Distrito Federal



DIÁRIO OFICIAL

D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XLIII Nº 81

BRASÍLIA – DF, TERÇA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2009

PREÇO R\$ 3,00

SUMÁRIO

	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
Atos do Poder Executivo	1	23	
Casa Civil	1		
Secretaria de Estado de Governo	1	23	33
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia		24	
Secretaria de Estado de Cultura	12		33
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo		24	34
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	13	25	
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	13	25	34
Secretaria de Estado de Educação	15	26	35
Secretaria de Estado de Fazenda	15		36
Secretaria de Estado de Obras	21	31	37
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão		31	42
Secretaria de Estado de Saúde	21	31	
Secretaria de Estado de Segurança Pública	22	31	
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	22		
Polícia Militar do Distrito Federal		31	
Secretaria de Estado de Transportes		32	43
Secretaria de Estado de Habitação		32	44
Procuradoria Geral do Distrito Federal		32	46
Instituições			46

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 30.302, DE 27 DE ABRIL DE 2009.

Institui Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 143 e seguintes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicável ao Distrito Federal pelo artigo 5º da Lei Distrital nº 197, de 04 de dezembro de 1991, DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores ROBSON CAETANO DE SOUSA, Procurador do Distrito Federal, Categoria II, matrícula 96.959-1, JOSÉ AUGUSTO RAMOS DOURADO, matrícula 166.423-9 e JOSÉ ALDEBARAN COSTA RIBEIRO, matrícula 166.226-0, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar possíveis irregularidades a que se refere a Decisão nº 3424/2006-TCDF.

Art. 2º. Fica estipulado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste Decreto, para encerramento dos trabalhos e apresentação do relatório conclusivo acerca dos resultados obtidos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 2009.
121ª da República e 50ª de Brasília
JOSÉ ROBERTO ARRUDA

DECRETO Nº 30.303, DE 27 DE ABRIL DE 2009.

Dispõe sobre o Tombamento da Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/308 Sul. O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e com fulcro nos dispositivos da Lei nº 47,

de 2 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 25.849, de 17 de maio de 2005, que dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural e, considerando os aspectos urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos de Brasília, considerando a necessidade de assegurar a permanência de testemunhos da proposta original do Plano Piloto de Brasília, considerando o propósito de preservar características fundamentais que singularizam Brasília, considerando a necessidade de conservação dos atributos peculiares de Brasília, que fundamentam sua condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, considerando a concepção inovadora de viver e morar do projeto urbanístico de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília, considerando a relevância histórica da Unidade de Vizinhança como conceito habitacional implícito nos primórdios da construção da cidade, considerando, ainda, o dever público de proteção de espaços urbanos e edificações pioneiras, DECRETA:

Art. 1º. Considera-se sob a proteção do Governo do Distrito Federal, mediante tombamento, o conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico da Unidade de Vizinhança, formado pelas Superquadras Sul 107, 108, 307 e 308, com suas edificações destinadas à habitação, à educação, à cultura, ao lazer, ao culto religioso, ao comércio, a Estrequadra Sul 108/308, com o posto policial e a biblioteca nela existentes, o Clube Unidade de Vizinhança e o Cine Brasília.

Art. 2º. Considera-se Área de Tutela do perímetro tombado aquela que tem como limites: ao sul, a faixa compreendida pelo Comércio Local Sul 308/309, incluindo suas calçadas posteriores até a linha onde começa o ajardinamento das Superquadras Sul 308 e 309; ao norte, a faixa compreendida pelo Comércio Local Sul 306/307, incluindo suas calçadas posteriores até a linha onde começa o ajardinamento das Superquadras Sul 306 e 307; a oeste, as quadras comerciais 507 e 508, compreendendo suas edificações, incluídas as calçadas frontais, até o limite da Via W3.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 2009.
121ª da República e 50ª de Brasília
JOSÉ ROBERTO ARRUDA

CASA CIVIL

DESPACHO DO CHEFE

Em 24 de abril de 2009.

À vista das instruções contidas no processo 360.000.309/2009 e em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO os atos praticados pelo Chefe da Unidade de Administração Geral da Casa Civil do Distrito Federal que reconheceu a situação de Dispensa de Licitação em favor da KRISTA TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.058.475/0001-01, com base no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, combinados com o artigo 1º, incisos I, III e IV da Portaria nº 01, de 04 de março de 2004, e demais Normas de Execução, Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, para a aquisição de materiais e equipamento de informática no valor de R\$ 66,20 (Sessenta e seis reais e vinte centavos).

JOSÉ GERALDO MACIEL

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEG Nº 001, DE 25 DE ABRIL DE 2009.

Dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 29.562, de 26 de setembro de 2008, que altera o Decreto nº 19.915, de 17 de dezembro de 1998.

ANEXO 2

Programação da Trezena de Nossa Senhora de Fátima 2013

CONVIDAMOS VOCÊ E SUA FAMÍLIA PARA PARTICIPAREM DA TREZENA CULTURAL EM PREPARAÇÃO A FESTA DA IGREJINHA, 1º A 13 DE MAIO DE 2013

LOCAL DE SAÍDA DA PROCISSÃO					
DIA	HORA	QUADRA	BLOCO	NOME/FAMÍLIA	FONE
01/05 (4ª feira)	17h30	906	D	Santuário Nossa Senhora de Fátima	3443.2869
02/05 (5ª feira)	18h20	707	E casa 35	Dalva Peres de Lima	3242.4891 9213.6471
03/05 (6ª feira)	18h20	108	H	Norma Abadia Machado de Barros	3242.0965 8418.4541
04/05 (Sábado)	18h20	109	E	Maria Auxiliadora Torres e Gilda Bernardes de Sá	3562.2239 8184.4419
05/05 (Domingo)	18h20	708	M casa 12	Maria Reis Silveira Braga Costa	3242.7340 9985.1088
06/05 (2ª feira)	18h20	706	N casa 74	Edna e Ronaldo Nonato	3263.7544 9608.6558
07/05 (3ª feira)	18h20	107	E	Maria Helena Rocha	3242.3089
08/05 (4ª feira)	18h20	309	K	Lourdes Campos Machado	3443.3504
09/05 (5ª feira)	18h20	308	F	Família Othon	3242.6967
10/05 (6ª feira)	18h20	307	F	Francelina Alvarenga Lopes	3443.1789
11/05 (Sábado)	18h20	708	E casa 66	Maria de Lourdes Oliveira	9976.2015
12/05 (Domingo)	18h20	106	I	Clara Xavier	3443.9248
13/05 (2ª feira)	18h20	306	K	Terezinha Faria	3244.0308

**ANIMAÇÃO DA FÉ:
18h20 Procissão,
18h45 missa,
Bênção e Coroação
de Nossa Senhora.**

**MISSAS DO DIA 13:
6h30, 8h, 10h30, 12h,
16h e 18h45.**

**Após as missas haverá
bênção individual com
imposição das mãos, dada
pelos frades capuchinhos.**

PARTICIPE DOS FESTEJOS EM HONRA A NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. NAS BARRAQUINHAS VOCÊ ENCONTRA: SALGADOS, DOCES, CHURRASQUINHOS, PRATOS TÍPICOS, BRINCADEIRAS, JOGOS, BEBIDAS E ARTIGOS RELIGIOSOS.

ACEITAMOS DOAÇÕES DE: canjica, arroz, óleo, condimentos, bolos, tortas, doces, brinquedos, roupas usadas etc.

E-mail: pnsfatima13@brturbo.com.br • **Informações:** 3242.0149 / 3443.2869

CONFRATERNIZAÇÃO SOCIAL • DIAS 1º a 13 / MAIO • 2013